



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**SÃO LUIS/MA
MARÇO/2014**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa – TCU nº.72, de 15 de maio de 2013, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**SR/DPF/MA
MARÇO/2014**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	9
2.1 Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	9
2.2 Finalidade e Competência Institucional da Unidade.....	10
2.3 Organograma Funcional	11
2.4 Macroprocessos Finalísticos	12
2.5 Macroprocessos de Apoio	16
2.6 Principais Parceiros	20
3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	20
3.1 Planejamento da unidade	20
3.2 Informações sobre outros resultados da gestão.....	20
4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	37
4.1 estrutura de governança.....	37
4.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	37
4.3 Sistema de Correição.....	39
4.4 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	39
4.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	40
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	40
5.1 Execução das despesas	41
5.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa	41
5.1.2 Realização da Despesa	42
5.1.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	42
5.1.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	42
5.1.2.3 Análise crítica da realização da despesa	43
5.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	44
5.2.1 Análise Crítica.....	44
5.3 Suprimento de Fundos.....	44
5.3.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	44
5.3.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	45
5.3.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	45
5.3.4 Análise Crítica.....	45
6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	46
6.1 estrutura de pessoal da unidade	46
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	46
6.1.1.1 situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada	46
6.1.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	47
6.1.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções.....	47
6.1.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	48
6.1.3 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada.....	48

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	49
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	49
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	49
6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	51
6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	51
6.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	52
6.2.3 Análise Crítica dos itens 6.2.1 e 6.2.2	53
6.2.4 Composição do Quadro de Estagiários	53
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	53
7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	53
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	54
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	54
7.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional....	54
7.2.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	55
8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	55
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	55
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	57
9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	57
9.1 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	58
9.1.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	58
9.1.2 Situação do Cumprimento das Obrigações	58
10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	58
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	59
11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	59
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	59
12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	60
12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	60
13 RESULTADOS E CONCLUSÕES	61

ABREVIações E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
AGU – Advocacia Geral da União
ANP – Academia Nacional de Polícia
CGCSP – Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada
CGU – Controladoria Geral da União
CIE – Carteira de Identificação de Estrangeiro
COR – Corregedoria Regional de Polícia Federal
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPL/SR/DPF/MA – Comissão Permanente de Licitação da SR/DPF/MA
CRH – Coordenação de Recursos Humanos
CRIS - Centro Regional de Inteligência de Sinais
CV – Comissão de Vistoria
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DCPQ - Divisão de Controle de Produtos Químicos
DELEAQ - Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos
DELEFAZ - Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários
DELEFIN - Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos
DELEMAPH - Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico
DELEMIG - Delegacia de Polícia de Imigração
DELEPAT - Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio
DELEPREV - Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários
DELESP - Delegacia de Controle de Segurança Privada
DELINST - Delegacia de Defesa Institucional
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
DG – Direção Geral
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial
DN – Decisão Normativa
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPF/CXA/MA – Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA
DPF/ITZ/MA – Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz/MA
DRCOR - Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado
DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes
DREX – Delegacia Regional Executiva
E-LOG – Gestão Eletrônica de Administração e Logística
GID – Grupo de Identificação
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
MOC – Mensagem Oficial Circular
MPF – Ministério Público Federal
NAD - Núcleo Administrativo

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NEOF - Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira
NEPOM – Núcleo de Polícia Marítima
NIP - Núcleo de Inteligência Policial
NO - Núcleo de Operações
NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação
NUCART - Núcleo de Cartório
NUCOR - Núcleo de Correições
NUDIS- Núcleo de Disciplina
OACI - Organização da Aviação Civil Internacional
OCI – Órgão de Controle Interno
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PPA – Plano Plurianual
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RFB – Receita Federal do Brasil
RG – Relatório de Gestão
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SETEC – Setor Técnico – Científico
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGEPOL – Sistema Eletrônico de Gerenciamento Policial
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINARM – Sistema Nacional de Armas
SINCRES – Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros
SINIC – Sistema Nacional de Informações Criminais
SINPI – Sistema Nacional de Procurados e Impedidos
SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos
SISCART – Sistema Cartorário
SR – Superintendência Regional
SR/DPF/MA - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Maranhão
SRH – Setor de Recursos Humanos
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UCI – Unidade de Controle Interno
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
UPAG – Unidade Pagadora
UTECC – Unidade Técnico-Científica

QUADROS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

Quadro 1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	9
Quadro 2 – Organograma Funcional	11
Quadro 3 – Macroprocessos Finalísticos	12
Quadro 4 – Macroprocessos de Apoio	16
Quadro 5 – Produtividade de Polícia Judiciária da SR/DPF/MA	21
Quadro 6 – Estatística das Delegacias	22
Quadro 7 – Estatística de Passaportes e Outras Atividades de Migração.....	22
Quadro 8 – Estatística de Polícia Marítima	23
Quadro 9 – Estatística de Produtos Químicos.....	23
Quadro 10 – Estatística de Segurança Privada.....	24
Quadro 11 – Estatística da Corregedoria Regional de Polícia	25
Quadro 12 – Operações da SR/DPF/MA.....	26
Quadro 13 – Prisões realizadas no exercício	33
Quadro 14 – Apreensões de Entorpecentes	33
Quadro 15 – Produção do SINARM no exercício.....	33
Quadro 16 – Atividades do Setor Técnico-Científico e do Grupo de Identificação	34
Quadro 17 – Comparativo de Laudos Emitidos	34
Quadro 18 – Ações do Plano de Metas Administrativas e Resultados.....	35
Quadro 19 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	37
Quadro 20 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	41
Quadro 21 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	42
Quadro 22 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos de Movimentação.....	42
Quadro 23 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	44
Quadro 24 – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	44
Quadro 25 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	45

Quadro 26 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	45
Quadro 27 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	47
Quadro 28 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro).....	47
Quadro 29 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12	48
Quadro 30 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	48
Quadro 31 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	49
Quadro 32 – Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31 de dezembro.....	49
Quadro 33 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	51
Quadro 34 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	52
Quadro 35 – Composição do Quadro de Estagiários.....	53
Quadro 36 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	54
Quadro 37 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional.....	54
Quadro 38 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	55
Quadro 39 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	55
Quadro 40 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	57
Quadro 41 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	58
Quadro 42 – Resumo da Operação Nuvem Negra	61
ANEXOS.....	63
Declaração de Atualização de Dados no SIASG E SICONV	64
Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	65

1 INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e demais orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013. O conteúdo geral deste Relatório encontra-se de forma sequencial, seguindo os itens relacionados na DN TCU 127/2013, os quais foram renumerados de acordo com os tópicos inerentes à UJ. Diante da necessidade de renumeração, a unidade informa os itens cujo preenchimento não se aplicam a esta Superintendência.

O item 7 está a critério da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) do DPF, e será respondido no Relatório de Gestão do órgão central.

Os itens 11.3, 11.4 e 11.5 não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada.

Os itens constantes da parte B e C do Anexo II, da DN TCU nº 127/2013, não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional.

As principais realizações da Unidade, no exercício de 2013, foram direcionadas na otimização das atividades de polícia judiciária, além de continuidade nas deflagrações de operações policiais que reprimiram os crimes combatidos pela Polícia Federal, bem como melhorias no desempenho da atividade-meio. No que diz respeito aos serviços de polícia judiciária, planejou-se continuar as ações voltadas a identificar e resolver os problemas que retardavam a conclusão dos inquéritos. Dentre elas merecem destaque: a atuação do Grupo de Saneamento de Inquéritos – GSI, que possui dedicação exclusiva sobre os inquéritos mais antigos; a Operação Caravelas com a finalidade de realizar diligências dentro da circunscrição da SR/DPF/MA, relacionadas aos IPL's em andamento; Na atividade-meio, vale destacar a contratação da Empresa LANLINK LTDA para realizar assistência técnica ao parque de equipamentos de TI e a manutenção das redes de cabeamento estruturado das instalações prediais da Unidade, incluindo atendimento presencial aos servidores quando solicitado. Dando prosseguimento ao uso racional dos materiais e serviços da SR/MA, visando à economicidade, fez-se uso do SIGEPOL, correio eletrônico e Intranet nas comunicações internas. Com relação às realizações ligadas à atividade-fim da unidade, após a reestruturação da Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DRCOR, que concentra e coordena todas as operações da SR e das delegacias descentralizadas (DPF/CXA/MA e DPF/ITZ/MA), houve as deflagrações das Operações INTRUJOS (Contra Crimes Cibernéticos), ZODÍACO I e II, HABITARE IV (Reintegração de Posse – CEF), FRONTEIRA MARITIMA III (Fiscalização do Porto Itaquí, Barreirinhas, Carutapera e Tutóia visando combater crimes federais), CHEQUE EM BRANCO, USURA II (Desvio de Recursos Públicos), ESCAMANDRO, ARCO DE FOGO/DEFESA VIDA e NUVEM NEGRA (Crime ambiental), ATACADO (Contrabando e Descaminho), LUTO (Crimes Previdenciários) e a COTAÇÃO (Crime financeiro).

As principais dificuldades para realização dos objetivos desta Unidade Jurisdicionada recaíram, em geral, nas limitações orçamentárias, a exemplo do Decreto nº 7.689/2012, da Presidência da República, que estabeleceu limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício, cujo impacto repercutiu, sobretudo, nas áreas de atuação institucional; assim como na limitação de servidores policiais e administrativos, ainda em número incompatível com a demanda da Polícia Federal no Estado, principalmente no recrutamento de autoridades policiais para gerenciarem o GSI. Valores repassados obedeceram aos limites impostos pelo citado decreto e Portaria MJ nº 492/2012, e adequação das operações regionais, coordenadas pela unidade, bem como as permanentes, planejada pelos órgãos centrais do DPF, com reserva para custear os gastos com diárias e passagens dessas atividades.

Os planos e projetos para o exercício de 2014 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das delegacias, núcleos, setores e

demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões, tendo em vista demandas das eleições 2014, Copa do Mundo da FIFA, mesmo a unidade não sendo cidade-sede, mas o evento possui grande relevância aos serviços prestados pela polícia federal em todo o território nacional.

2 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

2.1 IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro 1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Maranhão			
Denominação Abreviada: Superintendência de Polícia Federal no Maranhão			
Código SIORG: 1152	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200388
Natureza Jurídica: Administração Direta		CNPJ: 00.394.494/0027-5	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(098) 3131-5100	(098) 3131-5102	(098) 3131-5103
Endereço Eletrônico: gab.sрма@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Daniel de La Touche, nº 4000, Bairro: Cohama, CEP: 65.074-115, São Luis/MA			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
- Através da Portaria nº 181/1965 do então Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP, autorizado pelo disposto no Art. 397, § 2º do Decreto nº 56510/65 foi criada a Sub-delegacia no Estado do Maranhão instalada em 24/01/1966, posteriormente transformada em Divisão de Polícia Federal (1972) e finalmente através do Decreto nº 75.398, de 19 de fevereiro de 1975 passou a Superintendência Regional de Departamento de Polícia Federal no estado do Maranhão, tendo sua estrutura organizacional inserida na Instrução Normativa nº 13/2005, do DG/DPF, de 15/06/05, alterada pela IN nº 039/2010, de 05/10/10.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.			
- Portaria nº 2.877/MJ, de 30.12.2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005, alterada pela IN nº 39/2010, de 05.10.2010			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
As informações e orientações sobre os serviços oferecidos pela unidade se encontram disponíveis na página www.dpf.gov.br .			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Não se aplica		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
0001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200388		0001 – Tesouro Nacional	

2.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL DA UNIDADE

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI, de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, pelo Decreto- Lei 6.378/1944, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional no Estado do Maranhão (SR/DPF/MA).

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Desse modo, a Polícia Federal apura crimes contra o meio ambiente, a ordem tributária, o Sistema Financeiro Nacional, a Previdência Social, os serviços postais, a organização do trabalho, as comunidades indígenas, os direitos humanos, eleitorais, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Em consonância com o arcabouço legal que define as atribuições da Polícia Federal, a SR/DPF/MA foi criada com a finalidade de contribuir para o cumprimento da missão do Departamento de Polícia Federal no âmbito do Estado do Maranhão, tanto como Polícia Judiciária da União, quanto como Polícia Administrativa.

As atribuições gerais da SR/DPF/MA estão definidas na Portaria nº 2.877/MJ, de 30 de dezembro de 2011, do Ministério da Justiça.

I – planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;

II – administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;

III – propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais;

IV – executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;

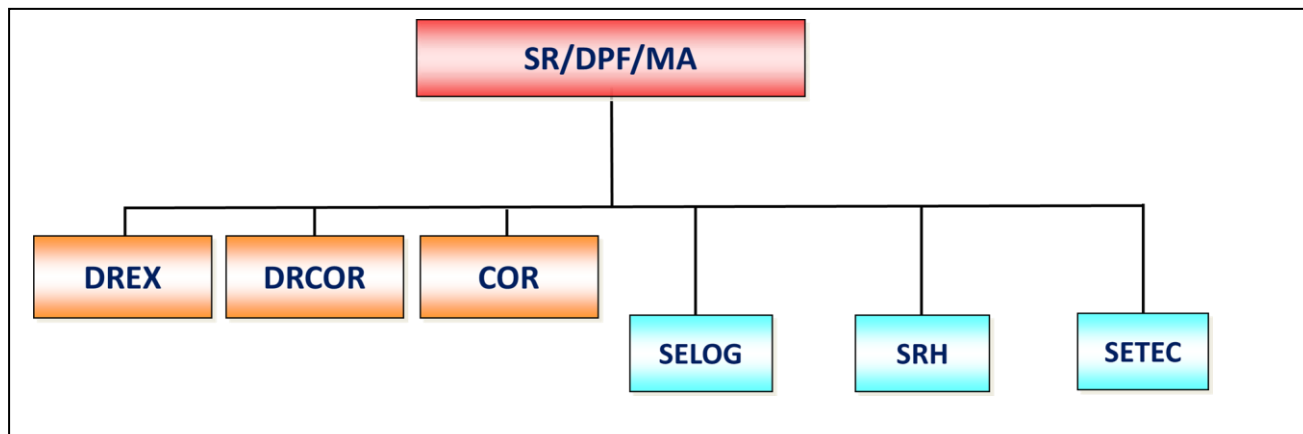
V – apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI – promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e

VII – adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da SR/DPF/MA, da DPF/ITZ/MA e da DPF/CXA/MA.

2.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Quadro 2 – Organograma Funcional



A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO MARANHÃO - SR/DPF/MA, compete promover o desenvolvimento das atividades, ações e operações referentes às atribuições da Polícia Federal, no âmbito de sua área de competência, conforme o disposto no artigo 35 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

a) Delegacia Regional Executiva – DREX

b) Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DRCOR:

A Delegacia Regional Executiva e a Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado tem como competência, planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação, conforme o disposto no artigo 35 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

c) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR: tem como competência, dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades correicional e disciplinar no âmbito da Polícia Federal, conforme o definido no artigo 14 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

d) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG

e) Setor de Recursos Humanos - SRH;

f) Setor Técnico-Científico – SETEC;

Ao Setor de Administração e Logística Policial, Setor de Recursos Humanos e Setor Técnico Científico tem como competência, planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação, conforme o definido no artigo 24 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

2.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O DPF, como órgão singular, segue as diretrizes emanadas pela Direção-Geral, que traça as bases para a consecução dos objetivos macros da entidade, considerando, para isso, cada uma das unidades descentralizadas em suas idiossincrasias (características geográficas, estrutura, tipos de ilícitos enfrentados, logística necessária, dentre outras).

Dessa forma, cada unidade descentralizada busca nos macroprocessos traçados no âmbito da Direção-Geral o direcionamento das ações que realiza, de forma que o somatório dos processos desencadeados se alinhe, no contexto geral, com o pretendido pelo órgão.

Os macroprocessos finalísticos da Polícia Federal, que esta Superintendência Regional se alinha, foram aprovados pelo Diretor-Geral do Órgão por meio do Despacho Nº 351/2013-GAB/DPF, de 15/04/2013 e consistem nos seguintes:

Quadro 3 – Macroprocessos Finalísticos

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	FORMA QUE A SR/DPF/MA CONDUZIU O MACROPROCESSO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013.
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de, no nível de assessoramento, apoiar o processo decisório do órgão ou, ainda, no nível operacional, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias.	Elaborando planejamentos estratégicos e operacionais utilizando o conhecimento de inteligência produzido através de metodologia e técnicas próprias, para uso nas operações coordenadas pela Unidade.
Controle da Segurança Privada	Consiste no conjunto de processos destinados à autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira.	Durante o exercício foram realizadas fiscalização e vistoria de empresas de segurança privada e instalações de segurança de instituições financeira; Foram emitidas autorizações de funcionamento de transporte de valores e de segurança e vigilância patrimonial, foram emitidas guias de transporte de armas e munições; Emitidos certificados de formação de vigilantes, reciclagem e extensões em escolta armada e transporte de valores; Dentre outras atividades no exercício destaca-se o registro de certificados de vigilantes; autorizações para aquisição de coletes balísticos, as autorizações para aquisição de munições são realizados via sistema (GESP) direto com a CGCSP, competindo a CV o posterior registro no sistema GESP quando tratar-se de empresas de segurança privada e orgânica; Análises de processos via GESP; guias de transferência e/ou transporte de armas; Foram efetuadas vistorias de veículos de transporte de valores; vistorias de instalações de empresa de vigilância e vistorias de agências bancárias, incluindo alguns postos de atendimento bancário e expedição de portaria de aprovação dos respectivos planos bancários.

<p>Controle de Armas de Fogo</p>	<p>Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM); credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada sob o controle da Conselho Nacional de Armamento e Tiro (CONAT); recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos.</p>	<p>Para autorização de aquisição de arma de fogo é feita a análise documental e caso seja deferido o pedido, é providenciado o encaminhamento dos interessados ao instrutor de tiro e psicólogo com posterior emissão do registro ao final de todo o processo. São feitos, ainda, todos os registros pertinentes ao SINARM, tais como registro de ocorrências de furto/roubo/extravio; recebimento de armas na campanha do desarmamento; apostilamentos no exército, dentre outros. São feitos, também, emissão de guias de trânsito e acompanhamento do SIAR (Sistema de Informação de Arrecadação), dentre outras funções. Foi dado prosseguimento aos processos de renovação; processos de compra; processos de porte; emitidas autorizações de compra de armas de fogo; emitidos registros de armas particulares e de empresas de segurança e lançadas ocorrências de furto/roubo no SINARM, além de continuidade na campanha de desarmamento.</p>
<p>Controle Migratório</p>	<p>Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.</p>	<p>A Unidade desenvolveu as seguintes atividades no ano de 2013.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Emissão de Passaportes; - Registro de Estrangeiro com visto de Permanência baseado em cônjuge brasileiro e emissão da Carteira de Identidade de Estrangeiro (CIE). - Registro de Estrangeiro temporário baseado em visto de trabalho e emissão da CIE. - Registro de Estrangeiro temporário com visto baseado no acordo MERCOSUL e países associados e emissão da CIE. - Renovação de prazo de estada para estrangeiros com visto de turista. - Visita a residências de estrangeiros para emissão de relatório de Sindicância e posterior concessão de visto. - Instrução de processo de Naturalização (comum e extraordinária) - Inclusão no SINPI de nacionais e estrangeiros procurados e impedidos.
<p>Controle de Precursores Químicos</p>	<p>Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a</p>	<p>Durante o ano de 2013, foram executados diversos atendimentos administrativos às empresas que estão dentro da circunscrição da SR/DPF/MA e que procuraram a unidade, visando atualização e abertura de cadastro, emissão do Certificado Licença de Funcionamento (CLF) e Certificado de Registro Cadastral (CRC), assim como foram cumpridos expedientes enviados pela DCPQ, que tinham como objetivo à notificação de empresas</p>

	exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.	controladas por esta descentralizada, que foram atuadas durante fiscalização.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira Nacional de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e, futuramente, o Registro de Identidade Civil.	A SR/DPF/MA desenvolveu no ano de 2013 as atividades relacionadas à identificação Civil como identificação de estrangeiro para concessão da Carteira de Identidade de Estrangeiro (CIE); identificação de Vigilante para inclusão no AFIS e emissão de Carteira Nacional de Vigilante (CNV), além de perícias papiloscópicas e inclusão de dados no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC).
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.	Durante o exercício a unidade, através de seu núcleo de operações cumpriu várias missões de Segurança de Dignitários, mormente quando da visita de autoridades dos altos escalões governamentais às cidades do estado do Maranhão. Outras missões consistiram no apoio operacional a Fiscais do Ministério do Trabalho, Oficiais de Justiça e outros servidores da administração pública federal, no exercício da função, quando solicitado.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial.	A SR/DPF/MA realiza fiscalização e segurança em 02(dois) aeroportos no Estado, sendo um em São Luís e outro em Imperatriz. A SR/MA realizou no decorrer do ano de 2013 o controle de acesso aos Portos Organizados da Cidade de São Luís (ITAQUI, VALE e ALUMAR).
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos ou técnico necessários à execução dos processos finalísticos de polícia judiciária e polícia administrativa da instituição.	O suporte operacional para as diversas delegacias especializadas executarem os processos finalísticos de polícia judiciária e administrativa é encargo do Núcleo de Operações da Delegacia Executiva. Cabe a esse núcleo efetuar as diligências requisitadas por autoridades policiais para a instrução de Inquéritos, como cumprimento de mandados de busca e apreensão, cumprimento de mandados de prisão, expedidos pela Justiça e as diligências oriundas da Operação Caravelas. Além das diligências para instrução de inquéritos e/ou cumprimento de decisões judiciais, o Núcleo de Operações também realizou em 2013 o planejamento e a execução das escalas de serviços operacionais no interesse desta Regional.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e aos direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador, a pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à Testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.	Durante o exercício de 2013 a SR/DPF/MA participou de missões junto ao Serviço de Proteção ao Depoente Especial, em Brasília/DF e em outras unidades do DPF, liberando policiais federais para cumprimento de missões.

Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais desencadeadas para a obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação criminal.	A investigação criminal nas unidades descentralizadas é de competência da Delegacia Regional de Investigações e Combate ao Crime Organizado, através das diversas delegacias especializadas, a saber: Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ; Grupo de Repressão a Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro – GRFIN; Delegacia de Defesa Institucional – DELINST; Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH; Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE; Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV e Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio - DELEPAT. Foram realizadas investigações relativas a desvio de recursos públicos e crimes financeiros; Utilização de técnicas de investigação, como a colheita de depoimentos, resultando na instauração de IPLs; Foram efetivadas investigações, barreiras operacionais, e trabalhos de inteligência e de campo.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais, nos termos da lei.	A alimentação e utilização dos dados disponíveis nos sistemas de informação policiais, dentre os quais destacam-se o INFOSEG, AFIS, SINIC. Foram elaborados retratos falados de acordo com descrições de testemunhas.
Criminalística	Consiste no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em laudos periciais criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.	As atividades desenvolvidas pelo setor de criminalista Foram: Execução de exames periciais e emissão de laudos, pareceres, informações técnicas; Execução de varreduras de segurança; Execução de varreduras eletrônicas; Participação nas operações da SR e, algumas vezes, participa em operações de outras unidades; Serviços de engenharia da SR (elaboração de projetos, construções, reformas, ampliações e fiscalização de contratos);
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas.	Houve intercâmbio de informações através da representação da INTERPOL (polícia internacional) no Maranhão e alguns países, para cumprimento de mandados e investigações, a pedido de vários países do mundo.

2.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio dão sustentação aos macroprocessos finalísticos.

Quadro 4 – Macroprocessos de Apoio

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	FORMA QUE A SR/MA CONDUZIU O MACROPROCESSO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.	No decorrer do ano 2013, a Comunicação Social desta SR/DPF/MA expediu diversas notas e releases aos meios de comunicação de abrangência local, objetivando não só divulgar as atividades desta Regional junto à sociedade, como também assegurar a transparência da gestão policial no enfrentamento da criminalidade no Estado do Maranhão. Registre-se também que todas as notas, releases e entrevistas publicadas na mídia, sob a coordenação da Comunicação Social, foram republicadas regularmente no portal intranet, assegurando, deste modo, a transparência da gestão da informação junto ao público interno. Outras atividades dignas de nota foram o planejamento, organização e execução de atos solenes, recepção a autoridades e visitantes quando se dirigiram à sede desta regional; manutenção do tradicional quadro geral de avisos, não obstante a ferramenta mais utilizada seja a intranet. Por fim, além das atividades típicas da Comunicação Social, o responsável por esse serviço presta apoio e assessoramento ao Gabinete, quando solicitado pelo Dirigente Regional.
Controles Internos e Correições	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária.	No que diz respeito aos procedimentos relacionado às atribuições institucionais de Polícia Judiciária, através da Corregedoria-Regional, foram empreendidas correições parciais nos inquéritos policiais e notificados os servidores interessados para as devidas correções das irregularidades apontadas em relatório e após o visto do Superintendente Regional. Foram instauradas sindicâncias investigativas e processos administrativos disciplinares. Quanto à garantia da integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, esta unidade jurisdicionada não dispõe em seu organograma de um setor específico com atribuições típicas de controle interno da gestão. Essas atribuições são realizadas pela Assessoria de Controle Interno do DPF, subordinada diretamente ao Diretor Geral. Contudo é inegável a existência de controles para garantir a conformidade dos registros contábeis e financeiros com as leis, regulamentos e normativos, tais como: 1. Conformidade Contábil que é exercida diretamente nesta UJ. Essas ações consistiram na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo SIAFI, com base no acompanhamento diário da UG e no relatório de acompanhamento mensal, emitido no fechamento de cada mês e encaminhado para conhecimento e providências dos acertos necessários; o relatório contempla os seguintes aspectos: a) identificação da conformidade de registro de gestão durante o mês; b) a existência de saldos invertidos ou alongados no balancete; c) a conferência do relatório de movimentação do almoxarifado com os saldo das respectivas contas contábeis no SIAFI; o mesmo ocorre com a movimentação de bens móveis e imóveis, inclusive quanto ao registro da depreciação e avaliação (reavaliação/

		<p>redução); d) suprimentos de fundos a fim de identificar saldo alongado nas contas 11244.00.00 e 19911.06.00, rol de responsáveis, convênios e outras inconsistências nas contas contábeis.</p> <p>2. Conformidade dos Registros de Gestão, realizada por servidor desta UJ designado por Portaria que consistiu na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovassem as operações.</p> <p>3. Outros controles foram exercidos, tais como: Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial, Gestão Financeira e Orçamentária, com servidores designados especificamente para tais fins através de Portaria e que compõe o rol de responsáveis no SIAFI. Todos esses controles foram exercidos durante 2013 com fins de garantir o atendimento as leis, normativos e regulamentos.</p>
Gestão de Parcerias e Convênios	<p>Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas estadual e nacional.</p>	<p>No exercício de 2013 foi mantido o acordo entre o DPF e operadoras de telefonia, cujo objeto é a cessão de área da torre de transmissão para instalação de equipamentos responsáveis pela repetição do sinal do sistema INTEGRAPOL - Rede de Radiocomunicação Segura do DPF - é a rede de radiocomunicação digital administrada pelo DPF que possui mecanismos de segurança criptográfico de codificação de voz e dados. É composta por Redes Fixas e Redes Táticas, que por sua vez possuem vários componentes integrados.</p> <p>Termo de Convênio de Cessão de Uso de Área Aeroportuária celebrado com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, que tem como objeto a cessão de salas para funcionamento de plantão de Agentes de Polícia Federal no Aeroporto da cidade de São Luis/MA.</p>
Gestão de Pessoas	<p>Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.</p>	<p>Através de treinamentos e cursos disponibilizados pela ANP/DGP (Academia Nacional de Polícia/DPF, subordinada a Diretoria de Gestão de Pessoal), tanto presenciais quanto a distância (EAD), o servidor é incentivado a buscar sempre aperfeiçoamento profissional para, assim, realizar um trabalho satisfatório em sua área de atuação. Além de cursos disponibilizados pela ANP, conta-se também com a Licença Capacitação, onde o servidor pode, em consonância com a sua chefia imediata, buscar outros cursos, palestras, treinamentos etc disponibilizados por outras instituições de ensino que possam aumentar ainda mais seus conhecimentos e habilidades para o seu crescimento pessoal e profissional, neste caso o ônus é do servidor.</p> <p>Além dessas modalidades, existe a possibilidade de eventos custeados pelo DPF, que dependem da conveniência e oportunidade para liberação dos recursos. O servidor policial para ser promovido de uma classe para outra tem, necessariamente, que passar por uma atualização profissional. O acompanhamento inicial é feito pelo Estágio Probatório, preenchido pela chefia imediata de cada servidor. Após o estágio, esse acompanhamento é realizado diretamente pela chefia imediata e indiretamente pelo Setor de Recursos Humanos. Relativamente aos estagiários (nível superior), o acompanhamento é realizado através de</p>

		apresentação periódica (semestral) de relatório de atividades apresentadas com o visto da chefia/supervisor.
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.	<p>Contrato com Empresa Lanlink;</p> <p>Contrato de suporte e manutenção realizado com a empresa Lanlink que agilizou o suporte e a manutenção no park de informática da SR/DPF/MA. Devido à corte de orçamento o contrato foi reduzindo ainda em 2013.</p> <p>- Sigepol(Sistema de Gestão Policial)</p> <p>Melhoria no sistema Sigepol com acréscimo de novos módulos (Controle de atividade física, Controle recrutamento pessoal, Adição Modulo Controle de Ramais) e novas atualizações e versões.</p> <p>- Aquisição de novos equipamentos de emissão de passaporte para modernizar e atualizar os softwares e hardwares utilizados no sistema.</p> <p>- Compra de novos equipamentos de informática para modernização do parque de TI da SR/DPF/MA</p> <p>- Aquisição de novos Nobreaks de maior capacidade para aumentar a demanda do consumo de energia dos equipamentos de dados da SR/DPF/MA.</p> <p>- Avanço na Instalação da rede Fixa de Radiocomunicação Tetrapol; Instalação de cabeamento de radiocomunicação com antenas nas duas estações de radiocomunicação tetrapol restando apenas novas ligações e configuração do sistema que deverá ocorrer em 2014.</p> <p>- Instalação de linhas e sistema de interceptação de linhas fixas na DPF/CXA/MA.</p>
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.	Os processos de gestão organizacional consistem nas seguintes práticas institucionalizadas: elaboração do Plano de Metas Anual, com a previsão das ações que possam contribuir para a consecução dos objetivos operacionais do órgão; Tal instrumento serve de subsídio também para a elaboração do planejamento anual do órgão central. Outra prática diz respeito à revisão do Plano de Metas Anual para adequar as ações previstas com as necessidades decorrentes da dinâmica de sua execução; Sempre que necessário, o gestor solicita relatórios de atividades aos setores para balizar as tomadas de decisão ou para instruir sua participação em reuniões dos superintendentes regionais com as diretorias do órgão central; é também de praxe a realização de reuniões periódicas dos chefes de setores com as coordenações de área e com o Superintendente Regional, e destes com os subordinados, para alinhamento de procedimentos e/ou intercâmbio de informações de interesse geral do público interno.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.	. A socialização e/ou coleta de informações no âmbito da Superintendência Regional do DPF no Maranhão se dá com a alimentação dos sistemas gerenciais com informações atualizadas e precisas, coleta e divulgação das informações para os gestores e para o público interno e o externo, aperfeiçoamento dos sistemas de informação, com a comunicação eficiente, facilitando a tomada rápida de decisão. A informações da gestão são divulgadas no âmbito interno mediante a publicação em Aditamentos Semanais dos atos administrativos locais e/ou republicação de atos divulgados no Boletim de Serviço do órgão central, para conhecimento do público interno; Há também a veiculação de notícias de interesse do órgão e/ou dos servidores no portal intranet da SR/DPF/MA; A atual administração

		<p>disponibilizou ainda a abertura de canal de comunicação informal entre o gestor e os servidores em geral, no sentido de que se dirijam ao Gabinete, às chefias ou às coordenações, quando entenderem necessário, para levar sugestões e/ou críticas construtivas que contribuam para a melhoria da gestão. Embora não exista um instrumento para a coleta de informações/reclamações do público externo, cartas, denúncias e outros expedientes da comunidade são acolhidos pelo serviço de protocolo e encaminhados ao Gabinete do Superintendente para os encaminhamentos que se fizerem necessários.</p>
Logística	<p>Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.</p>	<p>O provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Superintendência se deu através do processo de contratação e/ou renovação dos contratos já existentes, orientado pela elaboração do Plano de Metas Anual e outras demandas não previstas pelo mesmo. Tanto esse plano de metas como demandas extraordinárias foram gerenciadas de acordo com as solicitações apresentadas pelos setores que compõem esta Superintendência e dados obtidos do gerenciamento de materiais. No que diz respeito à aquisição de materiais permanentes, em 2013, foi priorizada a renovação do Parque Tecnológico do PROMASP - Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro que consiste na substituição e ampliação de todo o parque de equipamentos relacionado ao atendimento de passaportes e ao controle migratório, cujo procedimento licitatório foi realizado pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI. Da mesma forma, deu-se continuidade a renovação do parque tecnológico da Superintendência, contemplando computadores, notebooks, impressoras e outros equipamentos, também como projeto corporativo, ficando no encargo da Superintendência definir as demandas e quantitativos de acordo com os recursos liberados para este fim.</p> <p>A administração de materiais se efetivou pelo sistema informatizado Gestão Eletrônica de Administração e Logística – E-LOG que dispõem de ferramentas gerenciais que registram todo o fluxo de materiais de consumo e bens permanentes. Através do E-LOG é realizado o registro de entrada, distribuição, alocação e inventário, como também são obtidos dados que subsidiam a gestão.</p>
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	<p>Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.</p>	<p>A dotação orçamentária disponibilizada para esta Superintendência Regional foi aprovada pela Portaria nº.3.899/2013-DG/DPF, os créditos destinaram-se à implantação, implementação e manutenção dos programas de trabalho a cargo desta unidade dentro dos limites autorizados de forma a garantir os compromissos já contratados para o funcionamento das atividades fins e de apoio. No exercício de 2013 foram promovidas limitações de empenhos. De outra forma, na medida do possível foram feitas gestões no sentido de bem utilizar as economias orçamentárias em determinadas naturezas de despesas, especialmente despesas contratadas, para atender outras demandas que foram surgindo ao longo do exercício, de tal forma que não houve grandes impactos registrados para atendimento das demandas.</p>

2.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros da SR/DPF/MA para realizar sua função constitucional são: o Ministério da Justiça e suas secretarias; os órgãos centrais do DPF e congêneres nas unidades federativas; Receita Federal do Brasil, Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (a SR possui delegacia especializada para apuração de crimes previdenciários, em São Luís/MA, em que policiais federais trabalham junto a servidores da previdência social no combate a crimes previdenciários), Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Advocacia-Geral da União (AGU), Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, através das Polícias Civil e Militar, atuando em operações conjuntas; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em missões no interior do Estado; Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Maranhão; Ministérios Públicos Federal, do Trabalho e Estadual, Poder Judiciário Federal e Estadual; Exército Brasileiro; INTERPOL, dentre outros.

3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

Com relação ao subitem 2.2 da DN TCU 127/2013, encontra-se a cargo do Ministério da Justiça e órgão central do DPF.

3.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE

A atuação da unidade se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária”, atuando com a atenção focada na sua VISÃO DE FUTURO que é “tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana”.

A atuação da SR/DPF/MA seguiu diretrizes da Direção-Geral do DPF, com orientação das diretorias e coordenações das respectivas áreas, em busca de realizar seu plano estratégico, considerando as características inerentes ao estado do Maranhão. Para atender aos objetivos propostos foram realizadas ações de capacitação e valorização do servidor, racionalização dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis, visando à otimização dos bens e recursos materiais, bem como realização de operações policiais para prevenir e reduzir a criminalidade.

3.2 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

O planejamento da UJ norteou pela estratégia da produtividade de polícia judiciária e combate à criminalidade. A unidade prosseguiu com o Grupo de Saneamento de Inquéritos – GSI e a Operação Caravelas, subordinados à Delegacia Regional Executiva – DREX/SR/DPF/MA, com a finalidade de diminuir o número de inquéritos policiais em tramitação na circunscrição da SR/DPF/MA, em especial procedimentos identificados como “mais antigos”, instaurados até o ano de 2007, possibilitando a aplicação de recursos materiais e de pessoal em investigações atuais, com

maior chance de resultado satisfatório. Vale ressaltar que a SR tem o maior quantitativo da relação IPL por Delegados de todas as unidades federativas. A UJ enfrentou grandes dificuldades para obtenção de resultados, principalmente devido à falta de recursos humanos e financeiros o que ocasionou o decréscimo da produtividade mostrada no quadro abaixo.

Quadro 5 – Produtividade de Polícia Judiciária da SR/DPF/MA

UNIDADE	ANO/Quantidade de IPL's								
	2013			2012			2011		
	(*)And.	Inst.	Rel.	And.	Inst.	Rel.	And.	Inst.	Rel.
SR/DPF/MA	3154	1232	718	2.640	922	1.083	2.748	660	1.511
Produtividade (**)	58%			117%			229%		
DPF/CXA/MA	543	274	198	194	224	216	502	195	240
Produtividade	72%			96%			123%		
DPF/ITZ/MA	424	377	226	278	243	202	264	224	421
Produtividade	60%			83%			188%		
TOTAIS	4.121	1883	1142	3.112	1.389	1.501	3.514	1.079	2.172
Produtividade	60,60%			108%			201%		

Fonte: SINPRO (Sistema Nacional de Procedimentos).

* → And = N°s de IPLs em andamento, Inst. – N°s de IPLs instaurados, Rel. = N°s de IPLs relatados ou concluídos.

** → a produtividade se dar por: n° IPLs relatados/n° IPLs instaurados. Para a COGER a produtividade de IPL's a ser atingida tem que ser superior a 100%.

Após 03(três) anos atingindo altos índices de produtividades, a unidade mostrou uma acentuada queda explicada principalmente pela falta de recursos já anteriormente citado e, a seguir, melhor explanado. A SR/DPF/MA possui a pior relação de inquéritos por delegados do país, ou seja, o índice proporcional de IPL's com cada delegado é o maior entre as unidades do DPF. Tentando dar solução a esta defasagem criou-se o GSI em 2011. Com base na Instrução Normativa n° 009/2009-GAB/DG/DPF, realizou-se recrutamentos de delegados de outras descentralizadas para executarem serviços de autoridade policial exclusivamente no Grupo. Ocorre que, a maioria das unidades contatadas indeferiu os pedidos, ficando o GSI quase que todo o exercício 2013 sem autoridade para despachar os procedimentos, ocasionando diminuição na quantidade de inquéritos relatados. Foi aberto recrutamento para Delegados interessados em serem removidos de outras unidades para a SR/DPF/MA, deserta em razão da falta de delegados inscritos.

Houve com a Operação CARAVELAS, que auxilia o Grupo, o mesmo processo. O número de missões policiais para cumprimento de diligências, também de outros inquéritos investigativos caiu bruscamente no ano, principalmente no último trimestre do exercício. Essencialmente, a causa dessa diminuição foi de ordem financeira, devido às restrições com despesas de diárias e combustíveis para viaturas, além da falta de efetivo ocasionado por remoções, licenças e outras missões a serem atendidas, em prioridade, como as operações permanentes do órgão central do DPF. Vale ressaltar que houve um aumento no número de inquéritos instaurados, mostrando a demanda crescente de serviços investigativos a serem realizados pela Superintendência.

A produtividade de polícia judiciária de cada descentralizada da SR/DPF/MA é mostrada abaixo, conforme competência do crime:

Quadro 6 – Estatística das Delegacias

DELEGACIA	QUANTIDADE IPL RELATADOS 2013	QUANTIDADE IPL INSTAURADOS 2013	PRODUTIVIDADE 2013 ¹	PRODUTIVIDADE 2012
DELEMIG	9	46	19,6%	-
DELEPREV	241	287	84,0%	98,7%
DELEFAZ	248	327	75,8%	132,4%
DELINST	51	137	37,2%	176,78
DELESP	11	-	-	166,6%
DELEMAPH	49	60	81,7%	121%
DELEPAT	44	113	38,9%	436%
DELEAQ	1	4	25,0%	60%
DELEFIN	38	248	15,3%	8,2%
DRE	19	10	190,0%	571%
DPF/CXA/MA	198	274	72,3%	96,4%
DPF/ITZ/MA	226	377	59,9%	83,1%

Fonte: SISCART

¹ → A produtividade das delegacias dar-se-á por: nº IPL relatados/nº IPL instaurados

Segue os resultados das ações de polícia administrativa alcançados pela SR/DPF/MA durante o ano de 2013.

Quadro 7 – Estatística de Passaportes e Outras Atividades de Migração

PASSAPORTE	2013	2012	2011	2010
Comum	17.479	14.890	15.066	11.146
Emergencial	179	152	194	11
OUTRAS ATIVIDADE	QUANTITATIVO/ANO			
	2013	2012		
Registro com CIEP ¹ – PERMANENTE	128	128		
Registro com CIET – TEMPORÁRIO	603	356		
Prorrogação de prazo – TURISTA	98	152		
Pedido de prorrogação de prazo – ESTUDANTE OU RELIGIOSO	29	123		
Pedido de naturalização – EXTRAORDINÁRIA E COMUM	10	10		
Pedido de Permanência – CASAMENTO OU FILHOS	83	63		

Fonte: Sistema Nacional de Passaporte/DPF, com dados da DELEMIG, DPF/ITZ/MA e DPF/CXA/MA - ¹ CIE – Carteira de Identificação de Estrangeiro.

A atividade de passaporte é realizada pela imigração que executa, também, as inclusões de mandados de prisão no Sistema Nacional de Procurados e Impedidos, permitindo a localização e prisão de pessoas desaparecidas ou foragidas.

Além de contar com a DELEMIG, que fiscaliza o tráfego de pessoas no Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, em São Luís, e a DPF/ITZ/MA que atua no Aeroporto de Imperatriz/MA, a SR/DPF/MA possui o Núcleo de Polícia Marítima – NEPOM, subordinado à DREX, para realizar o controle de tráfego marítimo internacional.

Quadro 8 – Estatística de Polícia Marítima

ATIVIDADE	2013	2012	2011
INQUÉRITOS INSTAURADOS	02	00	00
TERMO DE RECONHECIMENTO E LACRE DE CADÁVER P/TRANSLADO	01	01	02
REPATRIAÇÃO	01	00	00
EMBARCAÇÕES QUE RECOLHERAM A TAXA GRU	309	434	1011
EMBARCAÇÃO ISENTA DE PAGAMENTO DA TAXA (CABOTAGEM)	273	280	310
EMBARCAÇÕES QUE RECOLHERAM A TAXA GRU EM JUÍZO	698	664	00
TOTAL DE EMBARCAÇÕES FISCALIZADAS	1280	1378	1321
VALOR RECOLHIDO EM REAIS	907.145,25	937.472,10	537.902,55
VALOR DEPOSITADO EM JUÍZO	0,00	0,00	00,00
MOVIMENTAÇÕES EFETUADAS (EMBARQUE)	957	894	1198
MOVIMENTAÇÕES EFETUADAS (DESEMBARQUE)	3520	5770	4197
REGISTRO DE TRIPULANTE OU RESTABELECIMENTO COM NOVO VISTO	-	41	299
VALOR RECOLHIDO EM R\$ (REGISTRO/CIE)= 64,58 + 124,23	-	7.741,21	56.454,19
REGISTROS DE TRIPULANTES (PRAZO INFERIOR A 30 DIAS)	-	00	15
VALOS RECOLHIDO EM R\$ (REGISTRO) = 64,58	0,00	0,00	968,70
RESTABELECIMENTO DE REGISTRO DE TRIPULANTE MESMO VISTO	-	17	29
VALOR RECOLHIDO (R\$ 124,23) = TOTAL	-	2.111,91	3.602,67
AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA DE EMPRESA	03	07	16
AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO	00	07	09
VALOR RECOLHIDO EM REAIS (MULTA)	49.830,74	136.323,36	228.006,31
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE TRIP. TEMPORÁRIO V	00	00	00
TOTAL RECOLHIDO	956.975,99	1.083.648,58	826.934,42

Fonte: NEPOM/DREX/SR/DPF/MA

Em cumprimento a normas internacionais, o NEPOM realizou, no decorrer do ano de 2013, o controle de acesso aos portos organizados da cidade de São Luís (ITAQUI, VALE e ALUMAR), consistindo na recepção, por *e-mail*, e pesquisa ou inserção de nomes e/ou formulários simples de cadastro nos sistemas corporativos do DPF, seguindo-se à autorização do plantonista de dia.

Os policiais realizaram fiscalizações das embarcações de longo curso e cabotagem, nos termos da Instrução de Serviço nº 03, de 29 de setembro de 1997. Além das referidas atividades, os policiais de plantão são responsáveis pela lavratura de autos de infração e notificação de estrangeiros e empresas por descumprimento à legislação pertinente; instrução de procedimentos de imigração, repatriação e deportação.

Foi arrecadado quase R\$ 1 milhão de reais em multas e fiscalizações de embarcações. Destaque-se que em 2013 esta unidade executou a Operação Fronteira Marítima III, juntamente com IBAMA e RECEITA FEDERAL visando fiscalização e combate aos crimes de competência federal.

Quadro 9 – Estatística de Produtos Químicos

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
	2013	2012	2011	2010
EMPRESAS FISCALIZADAS	13	00	00	00
CADASTROS APROVADOS	24	15	17	00

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
LICENÇAS RENOVADAS	51	32	35	45
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS	00	00	00	00
VALORES ARRECADADOS – TAXAS	R\$ 8.824,00	R\$ 7.640,00	R\$ 43.250,00	R\$ 49.500,00
VALORES ARRECADADOS – MULTAS (*)	R\$ 50.650,00	R\$ 48.750,00	R\$ 0,00	R\$ 6.600,00
TOTAL ARRECADADOS	R\$ 59.474,00	R\$ 56.390,00	R\$ 43.250,00	R\$ 56.100,00

Fonte: DELEAQ/DREX/SR/DPF/MA

(*) O valor referente à multa é consequência de autos de infração instaurados pela SR/DPF/MA em exercício anteriores, após as fiscalizações realizadas naqueles anos. Assim, o procedimento é encaminhado pela Unidade para o órgão central responsável pela análise do processo e, conforme decisão é aplicada a multa na Empresa.

Outra atividade de suma importância na área policial é a ação de caráter sigiloso em segurança pública. É necessária a mobilização de meios para execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna. Na unidade, o controle é efetuado basicamente pelo Núcleo de Inteligência Policial (NIP) e predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na consecução das ações de inteligência das respectivas operações policiais aprovadas e no pagamento de despesas diversas que exigem sua pronta quitação e não podem esperar o procedimento ordinário de execução, conforme previsão legal.

Várias operações policiais fazem uso de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso. Ressalte-se que a utilização do suprimento sigiloso subsidia as ações de repressão ao tráfico de entorpecentes, armas e combate à lavagem de dinheiro, combate ao contrabando e ações deletérias ao meio ambiente. Várias ações de inteligência foram realizadas no exercício, algumas em parceria com as unidades congêneres de outros Estados, com a finalidade de apoiar as operações da SR/DPF/MA, e com as delegacias especializadas no combate aos assaltos a banco e agências dos Correios, bem como o tráfico de drogas, com ações que desmantelaram quadrilhas no interior do estado e capital.

Quadro 10 – Estatística de Segurança Privada

DADOS ESTATÍSTICOS	
DADOS	TOTAL
ANO →	2013
MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA DELEGACIA	216
AGÊNCIAS BANCÁRIAS	398
POSTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO	64
CARROS FORTES	85
EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	34
EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES	04
EMPRESAS DE SEGURANÇA ORGÂNICA	07
CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES	04

TOTAL DE PROCESSOS INSTAURADOS:

ASSUNTO	MODALIDADE	TOTAL
ANO →		2013
AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	04
	CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES	03
ALTERAÇÃO DE ATOS CONSTITUTIVOS	MUDANÇA DE ENDEREÇO	04
	SÓCIOS	05
OUTROS PROCEDIMENTOS	REVISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	09
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA	6
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE VISTORIA	48
	AUTOS DE CONSTATAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO	36
	CANCELAMENTO/ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES	04
	COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES COM ARMAS	18
OUTRAS ATIVIDADES:		
DESCRIÇÃO		TOTAL
ANO →		2013
VISTORIA DAS INSTALAÇÕES DE EMPRESA DE VIGILÂNCIA E ORGÂNICA		40
VISTORIA DE VEÍCULOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE DE VALORES		98
VISTORIA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E PAB'S		419
CONSULTAS / INFORMAÇÕES PRESTADAS SOBRE SEGURANÇA PRIVADA		40
ARRECADAÇÃO (*):		
TOTAL ARRECADADO		406.911,84

(*) valores arrecadados apenas pela DELESP/DREX/SR/DPF/MA.

Fonte: DELESP/DREX/SR/DPF/MA, DPF/ITZ/MA e DPF/CXA/MA

Quadro 11 – Estatística da Corregedoria Regional de Polícia

ANO	AÇÃO					
	Processo Administrativo Disciplinar	Sindicância Investigativa	Sindicância Punitiva	Processo Especial	Expediente de Natureza Disciplinar	Investigação Prévia
2009	03	05	00	02	04	03
2010	02	06	01	00	18	03
2011	03	04	02	00	12	01
2012	05	08	00	00	01	05
2013	02	08	01	00	03	03

Fonte: COR/SR/DPF/MA

A unidade realizou a prevenção e repressão aos crimes praticados contra bens serviços e interesse da União com a finalidade de combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra a propriedade intelectual e industrial (pirataria); crime cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos); o tráfico de entorpecentes; a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; o trabalho escravo; conflitos agrários e fundiários; contra a previdência social, direitos humanos, comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Para isso, a unidade realizou várias operações no exercício. Abaixo, as principais:

Quadro 12 – Operações da SR/DPF/MA

DATA	NOME DA OPERAÇÃO	REPRESSÃO	LOCAL	AÇÃO	APRENSÕES	PRESOS
29/01	-	Crimes contra a Previdência Social	Caxias/Ma e Teresina/PI	Duas equipes compostas por dois policiais, cada, deslocaram-se até o local indicado por denunciante na cidade de Teresina, a fim de verificar a procedência da denúncia. Após várias diligências, os policiais lograram êxito na identificação não só da quadrilha denunciada como também de outro grupo que realizava atividades suspeitas nas imediações da Agência Previdenciária no Bairro Vermelha, município de Teresina/PI. A ação contou ainda com reforço de mais cinco policiais. Ao final, foram presas sete pessoas, integrantes da quadrilha denunciada, mais seis pessoas que compunham outro grupo que, após a investida policial, foi confirmado que estariam também praticando fraude contra o INSS. Foram apreendidos ainda mais de 15 mil reais, que haviam acabado de ser sacados.	Foram apreendidos mais de 15 mil reais, que haviam acabado de ser sacados.	13
06/03	-	Crimes contra a Previdência Social	Caxias, Aldeias Altas e Gonçalves Dias	Os principais envolvidos são 03 (três) intermediários e 01 (um) servidor lotado na Agência da Previdência Social do INSS em Caxias. Os benefícios indeferidos estavam sendo reabertos e concedidos administrativamente, com geração de crédito retroativo a contar da data da entrada do requerimento do benefício.	Documentação	02, incluindo 01 servidor da servidor da APS/CAXIAS
13/05	HABITARE IV	Reintegração	Paço do Lumiar	A PF cumpriu reintegração de posse no empreendimento	A reintegração desocupou	-

		de posse		Sítio Natureza, em Paço do Lumiar, determinada pelo Juíz da 3ª Vara Federal de São Luis (Processo nº 2550-72.2011.4.01.3700). A operação foi realizada em conjunto com a Polícia Militar e Oficiais de Justiça da Justiça Federal, e contou com o apoio da Caixa Econômica Federal. Foram convidados para acompanhar a operação, representantes da Defensoria Pública da União e da Ordem dos Advogados do Brasil.	79 casas que foram invadidas há cerca de nove meses. Após a desocupação, as famílias contempladas regularmente pelo sorteio do programa Minha Casa, Minha Vida serão chamadas para ocuparem os imóveis. A ação executou a quarta fase da Operação Habitar, que tem por objetivo promover a reintegração de posse em imóveis invadidos do Programa Minha Casa, Minha Vida da Caixa Econômica Federal.	
04/06	COTAÇÃO	Crime contra o Sistema Financeiro Nacional e formação de quadrilha	São Luís e Raposa/MA	Teve como objetivo desarticular uma quadrilha que atuava no município de São Luís, realizando atividade de câmbio, sem a devida autorização do Banco Central e qualquer tipo de fiscalização, movimentando grandes quantias em moeda nacional e estrangeira.	Foram apreendidos 250.000 reais, 10.000 dólares e 2.000 euros.	10
17/06	ATACADO	Contrabando e Descaminho	Imperatriz/MA	PF com equipes da Receita Federal, Polícia Militar, fiscalizaram vários comércios do Bairro Mercadinho, com objetivo de reprimir situações de contrabando e descaminho. Várias situações de descaminho foram devidamente autuadas pela Receita Federal, e serão encaminhadas posteriormente à Polícia Federal, para a apuração das responsabilidades penais.	Foram encontrados em dois estabelecimentos comerciais o total de 475 maços de cigarros de origem paraguaia de marcas cuja comercialização no Brasil não está autorizada pela ANVISA, segundo lista publicada por esse órgão federal, na data de 30 de abril de 2013 - última atualização -, aplicando-se a Resolução RDC n. 90/2007,	2

					art. 20, desse órgão.	
12/07	-	Tráfico de Drogas	São Luís/MA	A PF recebeu informação de que algumas pessoas estariam em São Luís aguardando a chegada de um carregamento de cocaína, procedente do estado de Rondônia. Com base nesses dados, policiais federais passaram a acompanhar a movimentação destes indivíduos durante quase duas semanas, o que resultou na apreensão da droga, por volta das 22h00, em um posto de gasolina na BR 135, na saída de São Luís. A cocaína estava acondicionada no fundo de um caminhão com placas de Rondônia, em tabletes embalados em plástico.	82 kg de cocaína, um caminhão, três carros e a quantia de cinco mil reais	8
25/07	ESCAMANDRO	Extração ilegal de areia no leito do Rio Tocantins (crime ambiental)	Imperatriz/MA	Foram constatadas duas empresas em situação irregular, onde se verificou o funcionamento de duas dragas no Rio Tocantins, extraindo areia do seu leito. Os responsáveis pelas atividades de extração não apresentaram a autorização competente do DNPM, e nem a licença ambiental do IBAMA, documentos necessários para o funcionamento regular da atividade.	Apreendidas 3 dragas, as quais encontram-se lacradas e acorrentadas, bem como proibidas de funcionarem.	3
12 a 16/08	ZODIACO I	Invasão de imóvel da CEF	São José de Ribamar/MA	Notificação dos invasores do empreendimento Nova Terra, em São José de Ribamar. O empreendimento pertence à Caixa Econômica Federal, sendo que as famílias contempladas regularmente pelo sorteio do programa Minha Casa Minha Vida ainda aguardam para ocuparem os imóveis.	-	-
09/08	LUTO	Crimes previdenciários	Santa Inês/MA e Santa Luzia/MA	As investigações, iniciadas em 2008, levaram ao desbaratamento de uma quadrilha de fraudadores contra o INSS, atuante na região de Santa Luzia do Tide/MA e Santa Inês/MA, com participação efetiva de servidores da autarquia previdenciária, responsáveis pela habilitação e concessão indevida de benefícios previdenciários; de dirigentes de sindicatos dos trabalhadores rurais, a quem cabia a montagem dos “processos” de requerimento de benefício com documentação adulterada; e de terceiros	Foi determinado o sequestro bens móveis e imóveis dos investigados adquiridos a partir do ano de 2007 e determinada judicialmente aos investigados a proibição de manter contato com servidores do INSS das Agências da Previdência	-

				colaboradores, que auxiliavam os despachantes no aliciamento de segurados e na falsificação documental. Cumpridos 11 (onze) mandados judiciais de busca e apreensão expedidos pela 2ª Vara Criminal da Seção Judiciária Federal do Maranhão, requeridos pela Polícia Federal, além de medidas cautelares, suspensão do exercício de cargos de direção no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia/MA, proibição de acesso a tal Sindicato, às Agências da Previdência Social de Santa Inês/MA e de Santa Luzia do Paruá/MA e aos Cartórios dos Municípios de Santa Luzia/MA e Coroatá/MA.	Social de Santa Inês/MA e Santa Luzia do Paruá/MA. Diversos documentos possivelmente utilizados na concessão mediante fraude de benefícios de pensão por morte rural foram apreendidos com os investigados.	
20/08	-	Assaltos a agência dos Correios	Chapadinha/MA	Agentes do NO/DREX prenderam um assaltante da Agência dos Correios de Pirapema/MA. Ele foi condenado pela Justiça a 9 anos e 4 meses de prisão pelo crime de roubo qualificado pelo uso de arma de fogo e em concurso de duas ou mais pessoas, e por formação de quadrilha	-	1
23/08	-	Assaltos a banco e roubo de cargas	Pedreiras/MA	Cumprido na cidade de Pedreiras/MA, O Mandado de Prisão Nº 17/2013 – 1ª Vara Criminal/JF/MA em desfavor de D.S.C. perigoso assaltante de bancos, agencias postais(CORREIOS) e caminhões de carga. O foragido da justiça foi condenado nos Arts. 157 & 2º, I e II e Art. 288 todos do CPB; Art. 14 e 16 da Lei 10.826/03. Período da Sentença: 06 anos.	-	1
28/08	ZODIACO I (continuação)	Invasão de imóvel da CEF	São José de Ribamar/MA	A PF concluiu a segunda etapa da Operação Zodiaco, com a reintegração de posse de aproximadamente duas mil e setecentas casas invadidas do loteamento Nova Terra em São José de Ribamar/MA. O empreendimento pertence à Caixa Econômica Federal, sendo que as famílias contempladas regularmente pelo sorteio do programa Minha Casa Minha Vida ainda aguardavam para ocuparem os imóveis. Com a ação de reintegração, centenas de pessoas contempladas pelo sorteio do programa já puderam tomar posse de seus imóveis nesta semana. Os ocupantes dos imóveis com ordem de reintegração de posse saíram das casas de forma pacífica e sem resistência quando da chegada	-	-

				das equipes compostas por policiais, Oficiais de Justiça e funcionários da Caixa. Grande parte dos invasores desocupou os imóveis espontaneamente, antes mesmo da chegada das equipes, tendo em vista que todos os imóveis já haviam sido notificados da ordem judicial de reintegração de posse na primeira semana de agosto.		
28/08	-	Invasão de imóvel da ANATEL	São Luís	A PF auxiliou a Justiça Federal no cumprimento de mandado de reintegração de posse relativo ao terreno da ANATEL que havia sido invadido há cerca de três meses. A ação de reintegração de posse transcorreu sem resistência e de forma pacífica. Participaram da ação 20 policiais da Polícia Federal e Polícia Militar do Maranhão. Todas as casas construídas no terreno foram derrubadas e está sendo construído um muro no terreno.	-	-
17/09	-	Trafico de Drogas	Imperatriz/MA	A PF em conjunto com policiais do Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão e policiais militares da cidade de Balsas/MA, interceptaram uma camionete de placas NTY 7461, de Cuiabá/MT, que era conduzida pelo nacional J.F.S na balsa que liga as cidades de Filadélfia/TO e Carolina/MA. Os policiais participavam de barreira com intuito de coibir a entrada de ilícitos no estado do Maranhão. Ao realizarem entrevista com o condutor da camionete e subsequente revista no interior do veículo, os agentes encontraram 42 tijolos de cocaína, sendo 33 na forma de cloridrato e 9 na forma de pasta base de cocaína.	42 tijolos de cocaína, sendo 33 na forma de cloridrato e 9 na forma de pasta base de cocaína.	1
25/09	USURA II	Desvios de Recursos Públicos	Bacabal e Zé Doca/MA	Foram cumpridos 19 mandados de condução coercitiva e dez mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Juízo da 1ª Vara da Justiça Federal de São Luís, para serem executados nos municípios maranhenses de São Luís, Bacabal, Pedreiras, Zé Doca e Caixas. A Operação é um desdobramento da Operação Usura, deflagrada em maio/2011, que evidenciou desvios de recursos públicos	Documentação	19 mandados de condução coercitiva

				federais do município de São João do Paraíso/MA, para o pagamento de ações de agiotagem. Trata-se de uma fase da investigação onde se tenta obter declarações de pessoas envolvidas na investigação e a busca de documentos pertinentes às provas já obtidas. A PF contou com apoio da CGU.		
27/09	CHEQUE EM BRANCO	Desvios de Recursos Públicos	São Luís, Serrano do Maranhão, Turilândia, Santa Luzia, Pedro do Rosário, Cajapió, Arari e Paulo Ramos/MA	A operação é fruto de investigações que apontam a existência de um esquema de agiotagem no Estado. Estão envolvidos diversos gestores e ex-gestores municipais, empresários de diversos seguimentos, especialmente do ramo de factoring, bem como as empresas sob seus respectivos controles, esquema este movimentado e alimentado, inclusive, por meio do desvio de recursos públicos federais, notadamente daqueles destinados à educação e à saúde. O nome da operação faz alusão ao <i>modus operandi</i> da organização criminosa, o qual indica que os referidos gestores municipais entregavam cheque e guias de saques, vinculados às contas abertas especificamente para movimentação de recursos federais dos municípios, todos assinados “em branco” pelos gestores, como forma de pagar empréstimos pessoais contraídos a juros exorbitantes, deixando ao alvitre dos agiotas os recursos públicos federais repassados aos municípios.	-	10 mandados de condução coercitiva.
12/11	ZODIACO II	Invasão de imóvel da CEF	São José de Ribamar/MA	A PF concluiu a reintegração de posse de 227 casas que haviam sido novamente invadidas no loteamento Nova Terra em São José de Ribamar/MA. O empreendimento pertence à Caixa Econômica Federal, sendo que as famílias contempladas regularmente pelo sorteio do programa Minha Casa Minha Vida ainda aguardavam para ocuparem os imóveis. Os ocupantes dos imóveis invadidos saíram de forma pacífica e sem resistência quando da chegada das equipes compostas por policiais, Oficiais de Justiça e funcionários da Caixa. Durante a operação um homem foi conduzido pelo crime de desobediência à ordem judicial, pois logo depois de ter sido retirado de uma casa invadida o mesmo foi flagrado invadindo outra casa numa quadra próxima. Ele foi encaminhado para a sede da Polícia Federal	-	-

				em São Luís onde foi lavrado Termo Circunstanciado por se tratar de crime de menor potencial ofensivo, tendo sido liberado sob compromisso de comparecimento em Juízo. Participaram da ação a Polícia Militar do Maranhão, com o apoio da Cavalaria, além de Oficiais de Justiça da Justiça Federal, funcionários da CEF, assistentes sociais, paramédicos e enfermeiros da Prefeitura de São José de Ribamar e funcionários de empresa contratada pela CAIXA para transporte de mobiliário e logística, totalizando aproximadamente 100 pessoas.		
13/12	INTRUJOS	Crime Cibernético	São Luis/MA	O objetivo da ação policial era desarticular quadrilha especializada na prática de fraudes bancárias através do canal de internet banking, bem como no furto de milhas de companhias aéreas. Foram cumpridos na cidade de São Luis, 04 mandados de busca e apreensão, 02 de condução coercitiva e, no total, 06 pessoas foram indiciadas.	O prejuízo causado pela quadrilha, apurado até o momento é de pelo menos R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), mas o valor total só será contabilizado com o término das apurações.	-

Fonte: DREX, DRCOR e Delegacias Especializadas.

Abaixo, segue informações mais detalhadas sobre as prisões realizadas pela SR durante o exercício 2013.

Quadro 13 – Prisões realizadas no exercício

SR/DPF/MA	QUANTIDADE
Flagrante	76
Mandados de Prisão cumpridos	68
TOTAL	147

Fonte: SISCART, NO/DREX/SR/DPF/MA, DPF/CXA/MA e DPF/ITZ/MA

Abaixo, o quantitativo de apreensões de drogas ilícitas no Estado.

Quadro 14 – Apreensões de Entorpecentes

SUBSTÂNCIA	QUANTIDADE
Cocaína (kg)	168,00
Pés de maconha destruídos (un)	-
Mudas de maconha destruídas (un)	-
Sementes de maconha destruídas (kg)	-

Fonte: DRCOR/SR/DPF/MA, Intranet/SR/DPF/MA com dados da DPF/CXA/MA e DPF/ITZ/MA.

Com relação ao tráfico de armas no Estado a unidade não realizou operação específica para combatê-lo, mas, através das apreensões das operações detalhadas no Quadro 12, algumas armas foram retiradas deste mercado negro, bem como através da campanha do desarmamento. Através do SINARM (Sistema Nacional de Armas), a SR/DPF/MA realizou as seguintes atividades:

Quadro 15 – Produção do SINARM no exercício

OCORRÊNCIA	DEFERIDOS INDEFERIDOS	
	Aquisições de arma de fogo	251
Portes federais de arma de fogo	44	19
Renovações de registros de armas de fogo	2501	-
Renovação de registro de armas de empresas de segurança	342	-
Armas entregues na Campanha do Desarmamento	220 armas e 48 munições	

Fonte: SINARM

Outra atribuição de atividade-fim de suma importância para a área policial são as perícias e laudos referentes às ações de criminalística e identificação. A SR/DPF/MA segue os padrões da criminalística do INC/DITEC/DPF, tanto na execução dos exames, como na elaboração do laudo. De acordo com a área da perícia e a complexidade do exame, tem-se preferencialmente utilizado uma dupla de peritos, mas em alguns casos apenas um tem executado a rotina completa, com autorização da legislação processual penal. Resumem-se a seguir os resultados atingidos, incluindo outros “produtos” do SETEC/SR/DPF/MA, conforme resumido nos itens a seguir:

Quadro 16 – Atividades do Setor Técnico-Científico e do Grupo de Identificação

Atividade (SETEC)	Total
Informação	30
Informação Técnica	42
Laudos	345
Relatório Técnico	01
Perícias Contábeis e Financeiras	03
Perícias de Engenharia	12
Perícias de Informática	03
Perícias de Meio Ambiente	04
Perícias de local	01
Perícias Documentoscópicas	02
Atividade (GID)	Quantidade
Identificação	
a) Criminal	19
b) Estrangeiros	733
c) Funcional	39
d) Necropapiloscópica	1
Perícias Papiloscópicas	48
Informações Técnicas	17
Laudos Papiloscópicos	48
Representação Facial Humana (RFH)	4
Consultas SINIC	16.442
Inclusão de Boletim de Identificação Criminal - BIC	762
Emissão de Boletim de Distribuição Judicial- BDI	279
Emissão de Folha de Antecedentes Criminais - FAC	829
Emissão de Boletim de Decisão Judicial- BDJ	265
Cumprimento de Ordem de Missão (Outras Atividades)	3
Cumprimento de Ordem de Missão (Atividade Papiloscópica)	15

Fonte: SETEC/SR/DPF/MA e GID/DREX/SR/DPF/MA.

Destaca-se uma prisão realizada pela Polícia Militar/MA, após divulgação de uma representação facial humana feita por esta unidade em cooperação com a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão.

O quadro a seguir mostra, comparativamente, a produtividade (apenas laudos) dos quatro anos anteriores, com as pendências ao final de cada ano.

Quadro 17 – Comparativo de Laudos Emitidos

	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de solicitações de perícia	627	582	391	387	360
Nº de laudos emitidos	647	624	437	331	345
Nº de pendências ao final do ano	65	14	13	22	25

Fonte: SETEC/SR/DPF/MA

Com a publicação do Decreto nº 7.689, de 02/03/2012, da Presidência da República, referente à restrição orçamentária e financeira, que resultou na supressão do teto orçamentário das unidades gestoras da PF, a Superintendência continuou realizando o contingenciamento de seus recursos, visando seu planejamento operacional e administrativo. Com investigações em andamento no início do exercício, a unidade teve que se adequar às restrições orçamentárias impostas pelo citado decreto e pela Direção-Geral do DPF, ocasionando diminuição no número de operações de médio porte deflagradas.

No que diz respeito às ações administrativas previstas no Plano de Metas 2013 da unidade, foram obtidos diversos resultados pela execução das ações planejadas que implicaram no fomento aos serviços de atividade-fim e na melhoria do ambiente de trabalho, o que, também, redundou necessariamente no aperfeiçoamento da prestação de serviço ao público em geral.

Quadro 18 – Ações do Plano de Metas Administrativas e Resultados

TIPO DE META	DESCRIÇÃO DA META	RESULTADO
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Limpeza e conservação da Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviço de transporte de mobiliário e bens de servidores da SR/MA legalmente removidos para outras unidades da federação	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviço de vigilância ostensiva armada da Delegacia de Polícia Federal de Imperatriz/MA	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Limpeza e conservação da Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz/MA	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviço de Atendimento ao Público para emissão de passaportes	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Limpeza e conservação da sede da Superintendência Regional e DRE, (ambos prédios em São Luis)	Realizado. A DRE teve suas instalações removidas para o prédio da sede da Unidade.
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviço de vigilância ostensiva armada da Delegacia de Polícia Federal de Caxias/MA	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviço de vigilância ostensiva armada da SR/DPF/MA	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviço de vigilância ostensiva armada da DRE e do Terreno de propriedade da União destinado à construção da sede definitiva da SR/DPF/MA	Realizado parcialmente, tendo em vista que a DRE teve suas instalações removidas para o prédio da sede da Unidade.
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviço de manutenção (com aquisição de peças) das viaturas vinculadas à Delegacia de Caxias/MA	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviço de manutenção (com aquisição de peças) das viaturas vinculadas à Delegacia de Imperatriz/MA	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviço de manutenção (com aquisição de peças) das viaturas vinculadas à Superintendência Regional em São Luís/MA	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Fornecimento de água encanada e coleta de esgoto da SR/DPF/MA, DRE e DPF/ITZ/MA	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Fornecimento de água encanada e coleta de esgoto da DPF/CXA/MA	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviço de marcação e fornecimento de passagens aéreas e terrestres para as unidades da Polícia Federal no Maranhão	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviço de fornecimento de energia elétrica	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviço de coleta, transporte e entrega de malotes e Serviços postais, telemáticos e adicionais.	Realizado

Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Locação de imóvel da DPF/CXA/MA	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	Locação de imóvel da SR/DPF/MA	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Publicação de avisos de licitação em jornais de grande circulação	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Publicação de atos administrativos, <i>lato sensu</i> , no Diário Oficial da União.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Utilização de sala do Aeroporto de São Luís/MA	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Manutenção de aparelhos condicionadores de ar (com fornecimento de peças) da sede da Superintendência.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviços de telefonia fixa local	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviços de telefonia fixa de longa distância	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviço de telefonia móvel e acesso à internet utilizando tecnologia móvel	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Serviço de gerenciamento de frota de veículos com abastecimento.	Realizado. Uso de cartão de viatura para abastecimento
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Pagar o seguro obrigatório dos veículos (DPVAT) das unidades da Polícia Federal no Maranhão	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Aquisição de água mineral para a SR/MA e as Delegacias de Caxias e Imperatriz	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Confecção de chaves e carimbos	Não realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Aluguel do ANEXO da SR/MA (imóvel contíguo ao prédio da SR/MA) destinado a abrigar a DRE e dependências de Inteligência Policial	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Concessão de estágio a estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino superior.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Contratar empresa especializada nos serviços de office-boy.	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	Serviço de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de informática, com fornecimento de peças	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Vigilância eletrônica do sistema do TETRAPOL - serviço de monitoramento diário.	Não realizado, por insuficiência de recursos na previsão orçamentária
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Aquisição de material de expediente e cartuchos/toners de impressora	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Construção da sede definitiva da Superintendência Regional do DPF no Maranhão	Não realizado, por insuficiência de recursos na previsão orçamentária

Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Concessão de diárias a servidores administrativos	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Concessão de diárias a servidores policiais	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	Aquisição de pneus para veículos da frota da SR/MA e Delegacias de Caxias e Imperatriz	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	Concessão de suprimentos de fundos do tipo ADMINISTRATIVO	Realizado
Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	Reforma da Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz	Não realizado

Fonte: unidades da SR/DPF/MA.

4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

O Subitem 3.3 da DN TCU 127/2013, não se aplica ao DPF.

4.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Esta unidade jurisdicionada não dispõe em seu organograma de um setor específico com atribuições típicas de controle interno da gestão, contudo, por meio de portaria designou as atribuições de realização das Conformidades Contábil e de Registro de Gestão, conforme Instrução Normativa 06/2007, TCU que disciplina tais procedimentos, dois servidores, cujo exercício desta função fica diretamente subordinado ao Superintendente Regional – ordenador de despesas.

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, decorrentes dos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A Conformidade dos Registros de Gestão consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações.

Paralelamente, outros atos de controles são exercidos por servidores designados em portaria, como por exemplo, gestão de contratos, patrimonial, financeira e orçamentária, dentre outras.

4.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro 19 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

Elemento do Sistema de Controles Internos a Serem Avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e				X	

Elemento do Sistema de Controles Internos a Serem Avaliados	Avaliação				
servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
<i>O Conselho Regional de Polícia – CRP, criado pela Portaria nº 2877/2011-GAB/MJ, de 30/12/2011, é presidido pelo Superintendente Regional, tendo como membros o Delegado Regional Executivo, o Delegado Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado, o Corregedor Regional, o Chefe do Núcleo de Inteligência Policial, o Chefe do Setor Técnico-Científico, o Chefe do Setor de Recursos Humanos, o Chefe do Setor de Administração e Logística Policial e Chefes das Delegacias de Polícia Federal de Caxias e Imperatriz/MA. O CRP é uma entidade consultiva destinada a orientar as atividades policiais e administrativas em geral, no âmbito da SR/DPF/MA, e a</i>					

Elemento do Sistema de Controles Internos a Serem Avaliados	Avaliação
<i>opinar nos assuntos de relevância institucional. Reúne-se para que cada membro exponha o que houver de relevante em sua área específica. Desta forma, todos os problemas e situações da Unidade são debatidos pelos principais chefes, viabilizando-se a administração compartilhada e a ciência por parte de todos que compõem a estrutura do órgão.</i>	
<p style="text-align: center;">LEGENDA</p> <p style="text-align: center;">Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>	

Fonte: Conselho Regional de Polícia – CRP/SR/DPF/MA

4.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO

O sistema de correição da Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão, por força do Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria n.º 2.877/MJ, de 30 de dezembro de 2012, publicada no DOU 1, Seção 1, Número 1, de 02/01/2012, páginas 36/44, compõe-se de Núcleo de Disciplina e Núcleo de Correições, ambos dentro da estrutura da Corregedoria Regional de Polícia Federal. No DPF, as atividades de correição e disciplina são norteadas por leis e demais normas regulamentares, sendo que a atividade correcional propriamente dita funda-se no Decreto-Lei 3.689/41 (Código de Processo Penal), cujo regulamento interno está apoiado na Instrução Normativa n.º 011/2001-DG/DPF, que define e consolida as normas operacionais para execução da atividade de polícia judiciária no âmbito da Polícia Federal e dá outras providências.

A base normativa que rege a atividade disciplinar no âmbito interno da SR/DPF/MA, tem como fundamento legal a Lei 8.112/90, e mais especificamente a Lei 4.878/65, cujo regulamento interno, dentre outros normativos, no ano de 2013, sustentou-se na Instrução Normativa n.º 04/1991-DG/DPF, que atualiza as normas internas sobre a feitura de processo administrativo disciplinar e sindicância e dá outras providências. Convém ressaltar que a IN n.º 04/1991-DG/DPF foi revogada pela Instrução Normativa n.º 076/2013-DG/DPF, de 26 de dezembro de 2013, que passou a regulamentar os procedimentos de natureza disciplinar no âmbito do Departamento de Polícia Federal.

Na estrutura do sistema correcional, em cada uma de suas áreas, são utilizados sistemas próprios. Na área correcional propriamente dita, são utilizados o Sistema Cartorário (SISCART) e o Sistema Nacional de Procedimentos (SINPRO), para a edição e controle estatístico da atividade policial procedimental. Na área disciplinar, são utilizados o Sistema de Acompanhamento Disciplinar (SAD) e o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), os quais são alimentados concomitantemente com as informações relativas aos procedimentos disciplinares no âmbito da Superintendência Regional no Maranhão.

Com relação às atividades de correições, a SR/DPF/MA vem intensificando a realização de correições nos procedimentos policiais, visando à correção de eventuais impropriedades formais, contando para tal atividade, com uma equipe de um delegado e um escrivão.

4.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA N.º 1.043/2007 DA CGU

A SR/DPF/MA encontra-se em consonância com a Portaria n.º 1.043/2007, da Controladoria Geral da União (CGU). No que toca à atividade disciplinar, foram instaurados 08 (oito) sindicâncias investigativas, 02 (dois) processos administrativos disciplinares e 03(três) investigações prévias.

4.5 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

O indicador de desempenho utilizado pela SR/DPF/MA refere-se à produção de polícia judiciária no exercício, com base na taxa obtida da relação entre inquéritos policiais instaurados e inquéritos policiais relatados (concluídos).

Todos os esforços são dirigidos para manter o índice relativo à taxa de conclusão de inquéritos policiais acima de 100%, conforme diretrizes da COGER/DPF para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento. Conforme já citado vários fatores influenciaram relevantemente a queda da taxa de produtividade que neste exercício ficou em 60,60% contra 108% de 2012, como o efetivo reduzido de servidores frente à demanda de serviços de polícia judiciária, a paralisação do GSI e Operação Caravelas, causada, respectivamente, pelos indeferimentos constantes de pedidos de recrutamentos de autoridades policiais de outras unidades e redução de despesas com diárias e combustíveis devido às restrições orçamentárias. Como consequência, houve aumento considerável no número de inquéritos instaurados.

Em complemento às informações relativas aos indicadores institucionais do DPF, previstos no item 3.6 da parte A do Anexo II à Decisão Normativa – TCU 127/2013, esta Unidade Jurisdicionada esclarece que a despeito do índice apresentado (taxa de conclusão de inquéritos policiais no DPF), estão em processo de construção no DPF outros indicadores, de caráter institucional, que pretendem melhor retratar a gestão do órgão, apontando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o órgão na busca da excelência dos serviços prestados. Para isso, o Diretor-Geral do Departamento, por meio do Despacho nº 7274/2012, de 28/11/2012, aprovou o Termo de Abertura do Projeto CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL (2010/2022). Esse documento foi a diretriz utilizada pela Direção para a elaboração da proposta do Plano de Gerenciamento do Projeto, que apresenta o planejamento das ações previstas como necessárias para se alcançar os objetivos do projeto. Ele define também como os trabalhos pertinentes serão executados, monitorados, controlados e encerrados. Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF - CIGE trabalha na formação dos novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, o DPF espera criar, no exercício de 2014, indicadores de desempenho da gestão que se preste a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõem o órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão.

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na DN TCU 127/2013, parte do subitem 4.1 – execução de despesa, não se aplica à UJ, estando a cargo do órgão central do DPF, como programação, movimentação externa por grupo de despesa e despesas referentes a créditos originários. Esta UJ não possui passivos, para reconhecimento por insuficiência de créditos ou recursos, não se aplicando o subitem 4.2. Convém salientar que a SR/DPF/MA não realiza transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, posto que tal atribuição é privativa do órgão central do Departamento de Polícia Federal. Desse modo, não faz parte deste relatório o subitem 4.4. Deixa-se de apresentar informações sobre parte do subitem 4.5, no que se

refere a suprimento de fundos de Conta Tipo “B”, visto que a SR não utiliza esse tipo de suprimento. Os subitens 4.6 – Renúncias de Receitas e 4.7 – Gestão de Precatórios não se aplicam ao DPF.

Com o Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012, que estabeleceu limites e governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, a UJ teve que adequar suas despesas à cota orçamentária estabelecida pelo órgão central.

5.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1.1 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

Quadro 20 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Recebidos	200336	200388	2000	0,00	0,00	5.554.254,35
	200336	200388	2726	0,00	0,00	2.175.981,70
	200336	200388	14WH	0,00	0,00	373.886,83
	200336	200388	7U23	0,00	0,00	219.078,99
	200336	200388	2004	0,00	0,00	1.090,96
	200336	200388	2012	0,00	0,00	6.068,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Recebidos	200336	200388	2000	343.352,00	0,00	0,00
	200336	200338	2586	118.524,00	0,00	0,00
	200336	200388	2726	990.868,99	0,00	0,00

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/MA. Foi suprimida parte do Quadro A.4.1.2.1 da Portaria TCU 175/2013, referente à Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionada Distintas, tendo em vista que nossa UG só recebe os créditos orçamentários da COF/DLOG para executar as despesas da unidade, ou seja, não movimenta os créditos para outras unidades.

Os créditos orçamentários são concedidos pela Unidade Gestora 200336 (Coordenação de Orçamento e Finanças do Departamento de Polícia Federal) para a Unidade Gestora 200388 (Superintendência Regional do DPF no Maranhão), que é basicamente uma unidade executora de despesas, tanto é que o quadro mostra que os créditos orçamentários concedidos estão concentrados em: (3) *Outras despesas correntes* e (4) *Investimentos*.

Dentre as diversas ações contempladas no orçamento da Unidade Gestora 200388 destacamos: 2000 – *Administração da Unidade*, que corresponde ao orçamento para atender despesas com contratos de prestação de serviço e aquisições de materiais utilizados pela Superintendência; 2726 - *Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesse da União*, nesta ação se destaca as despesas com diárias dos policiais e

suprimento de fundos, regime especial de execução que supriu as diversas operações policiais desencadeadas pela SR/DPF/MA durante o exercício financeiro de 2013. As ações 14WH e 7U23 – *Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos* foi utilizado para custear despesas com diárias e passagens aéreas de grandes eventos sediados no Brasil no exercício de 2013, que foram a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude.

5.1.2 REALIZAÇÃO DA DESPESA

5.1.2.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Quadro 21 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.875.289,44	2.625.943,17	2.822.947,54	2.625.943,17
a) Pregão	2.875.289,44	2.625.943,17	2.822.947,54	2.625.943,17
2. Contratações Diretas (h+i)	1.766.401,21	1.619.924,95	1.765.951,21	1.619.924,95
b) Dispensa	1.669.685,33	1.526.953,64	1.669.235,33	1.526.953,64
c) Inexigibilidade	96.715,88	92.971,31	96.715,88	92.971,31
3. Regime de Execução Especial	192.956,60	231.460,13	192.956,60	231.460,13
d) Suprimento de Fundos	192.956,60	231.460,13	192.956,60	231.460,13
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.488.667,12	2.391.394,23	2.488.667,12	2.391.394,23
e) Diárias	2.488.667,12	2.391.394,23	2.488.667,12	2.391.394,23
5. Outros	236.137,33	0,00	236.137,33	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	7.559.451,70	6.868.722,49	7.506.659,80	6.868.722,49

Fonte: Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/MA. Foram suprimidas as alíneas a) Convite, b) Tomada de Preços, c) Concorrência, e) Concurso, f) Consulta, g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas e k) Pagamento em Folha do Quadro A.4.1.3.1 da Portaria TCU 175/2013, visto não terem ocorrido no exercício.

5.1.2.2 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Quadro 22 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
08-Outros Benefícios Assistenciais	0,00	985,54	0,00	985,54	0,00	0,00	0,00	985,00
92-Despesas de exercícios Anteriores	0,00	985,54	0,00	985,54	0,00	0,00	0,00	985,54
2. Outras Despesas Correntes	8.330.360,63	7.449.763,71	7.530.453,71	6.997.836,06	779.906,92	451.927,89	7.477.661,81	6.997.836,06
14-Diárias pessoal civil	2.488.667,12	2.391.394,23	2.488.667,12	2.391.394,23	0,00	0,00	2.488.667,12	2.391.394,23
30-Material de consumo	669.909,92	684.578,20	518.045,21	638.828,59	151.864,71	45.749,61	507.090,43	638.828,59
33-Passagens e despesas com locomoção	424.179,03	450.000,00	424.179,03	448.238,63	0,00	1.761,61	424.179,03	448.238,63

36-Outros serviços de terceiros-pessoa física	1.097.359,06	1.151.840,59	1.089.410,03	1.151.840,59	7.949,03	0,00	1.089.410,03	115.1840,59
37-Locação de mão-de-obra	1.867.670,08	1.665.079,93	1.486.681,19	1.401.820,21	380.988,89	263.259,72	1.459.857,86	1.401.820,21
39-Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	1.545.858,48	941.559,34	1.298.002,36	806.815,35	247.856,12	134.743,99	1.282.988,57	80.6815,35
47-Obrigações tributárias e contributivas	39.447,20	60.618,45	34.528,47	56.919,47	4.918,73	3.698,98	34.528,47	56.919,47
92-Despesas de exercícios anteriores	76.112,34	17.795,15	76.112,34	17.795,15	0,00	0,00	76.112,34	17.795,15
93-Indenizações e restituições	112.299,94	86.897,82	111.010,27	84.183,84	1.289,67	2713,98	111010,27	84.183,84
Demais elementos do grupo	8.857,46	-	3.817,69	-	5.039,77	-	3.817,69	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
3. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
52-Equipamentos e material permanente	1.452.744,99	84.644,00	28.997,99	715,00	1.423747,00	83.929,00	28.997,99	84.644,00

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/MA. Foram suprimidos os grupos de despesa 2. Juros e Encargos da Dívida, 5. Inversões Financeiras e 6. Amortização da Dívida do Quadro A.4.1.3.6 da Portaria TCU 175/2013, visto não terem ocorrido no exercício.

5.1.2.3 ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA

O quadro 21 mostra que as maiores concentrações dos créditos ocorreram nas seguintes modalidades: pregão - considerando que atualmente as licitações para contratações de serviços e materiais de nossa Unidade são realizados nesta modalidade de licitação; diárias – destaque-se que, embora os recursos para atender despesas com diárias não sejam elevados, essas despesas são acrescidas, através das operações permanentes do DPF, bem como gastos extraordinários com a Segurança dos Grandes Eventos (Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude); dispensa de licitação – Apenas os contratos de energia elétrica e locação de imóvel são responsáveis pela maior parte dos gastos realizados por esta modalidade licitatória.

Observa-se no quadro 22 que a maior parte dos créditos orçamentários é executada no Grupo de Despesas – *Outras Despesas Correntes* por meio dos diversos contratos de despesas de custeio, tais como, fornecimento de energia elétrica, águas e esgotos, locação de mão-de-obra, passagens aéreas, locação de imóvel e outros.

Dentre os fatores que dificultaram a gestão dos recursos desta Unidade destaca-se a publicação do Decreto nº 8.062, de 29 de julho de 2013, bem como as portarias MPOG nº 267 e 268, de 30 de julho de 2013, que proibiu a realização de novos empenhos ou reforços de empenhos existentes nos subelementos pré determinados. Cada Unidade tinha um limite de empenho para execução de suas demandas, destacando-se que os pré-empenhos e valores que estavam nos créditos disponíveis não criaram limites nas despesas de custeio, salvo se empenharem em despesas que não contam no rol dos subelementos proibidos de empenhar. Para adequar-se à restrição de orçamento,

houve a necessidade de efetuar o cancelamento de contratos, redução de servidores terceirizados e dos valores contratuais.

5.2 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 23 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	547.856,65	433.808,49	66.336,49	47.711,31
2011	825.768,92	732.912,60	158.856,32	0,00
2010	493.700,67	141.871,87	37.614,00	314.214,80
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	36.445,41	29.620,41	525,00	6.300,00
2010	5.174,08	610,28	0,00	4.563,80

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/MA

5.2.1 ANÁLISE CRÍTICA

A COF/DLOG vem desempenhando uma série de medidas no sentido de que as Unidades Gestoras do DPF tenham um maior controle nos gastos de restos a pagar de exercícios anteriores. Quando se analisa o quadro acima, observa-se que durante o exercício financeiro de 2013 a UG 200388 executou aproximadamente 91,3% das despesas inscritas em restos a pagar não processados, destacando-se que todos eram do exercício de 2012, ou seja, não havia restos a pagar de exercícios anteriores a 2012 e destes valores inscritos a maioria foi despesas contratuais do mês de dezembro/12 e algumas aquisições de materiais permanentes.

Quanto aos restos a pagar processados, nota-se que não houve inscrição no exercício de 2013 e nos exercícios anteriores os saldos eram muito pequenos não impactando na gestão financeira da Unidade.

Analisando-se o quadro, conclui-se que a inscrição de resto a pagar, não gerou impacto na gestão financeira da SR/DPF/MA.

5.3 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.3.1 SUPRIMENTO DE FUNDOS – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Quadro 24 – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Suprimento de Fundos					
Exercícios	CPGF				Total (R\$)
	Saque		Fatura		
	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	178	132.200,00	27	62.533,38	194.733,38
2012	157	117.560,00	43	140.662,02	258.222,02
2011	326	253.084,44	40	203.648,72	456.733,16

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/MA. No quadro não consta informações sobre Conta Tipo “B”, visto que a Unidade não usa esse tipo de suprimento.

5.3.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF)

Quadro 25 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG	200388	Limite de Utilização da UG	-		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
José Augusto da Silva Bezerra	128.197.353-04	7.800,00	2.250,00	2.856,25	5.106,25
Elson Henrique de Holanda Junior	497.235.703-78	8.000,00	2.395,00	2.155,31	4.550,31
Marcelo Neves de Sousa	900.585.693-91	5.000,00	1.460,00	2.758,20	4.218,20
Reg. Esp. Execução - sigiloso	200388 (*)	301.200,00	126.095,00	54.763,62	180.858,62
Total Utilizado pela UG			132.200,00	62.533,38	194.733,38
Total Utilizado pela UJ			132.200,00	62.533,38	194.733,38

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/MA

(*) Obs.: Os supridos que executaram despesas sob o regime especial de execução tiveram seus nomes e CPFs omitidos, em observância ao §1º do art. 4º da Decisão Normativa TCU N° 108/2010. Portanto na tabela supra, constam apenas os somatórios dos valores gastos sob o regime especial de execução.

No exercício de 2013 a Superintendência Regional do DPF no Maranhão executou as despesas de suprimento de fundos somente na Unidade Gestora 200388.

5.3.3 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Quadro 26 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos						
Situação	CPGF					
	2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas	21	322.00,00	25	378.460,00	31	561.897,10

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/MA. No quadro não consta informações sobre Conta Tipo “B”, visto que a Unidade não usa esse tipo de suprimento.

5.3.4 ANÁLISE CRÍTICA

A Instrução Normativa nº 49/2011-DG/DPF, de 21 de dezembro de 2011, estabelece procedimentos a serem observados na concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos destinado ao atendimento das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal, bem com para atender despesas de pequeno vulto e pronto pagamento. As despesas de suprimento de fundos são efetuadas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), através de 02 (dois) centros de custos: pequeno vulto e regime especial de execução sigiloso.

No tocante ao controle dos suprimentos de fundos concedidos, os supridos fornecem uma declaração de que conhecem a legislação pertinente, recebem orientações para aplicarem os recursos e são informados dos prazos de aplicação e comprovação. Caso necessário, são também acompanhados por servidores lotados no NEOF/SR/DPF/MA, pela Setorial de Contabilidade em Brasília/DF.

Quando se observa uma pequena série histórica, nota-se por meio do quadro 24 que a SR vem executando menos gastos com suprimento de fundos, apesar de se efetuar uma quantidade maior de saque em 2013. Isto se deve ao fato da unidade e suas descentralizadas se concentrarem nas operações de maior porte. Outro motivo que faz com que os gastos com suprimento de fundos diminuam são os constantes cortes de orçamento.

O quadro 25 mostra os valores individualizados no tocante às quantidades e valores dos saques e faturas por CPF, destacando-se que no regime especial de execução, por ser sigiloso, os nomes e CPF's dos supridos foram omitidos.

Concluindo, a IN 49/2011-DG/DPF orienta todo processo de suprimento de fundos no âmbito da Polícia Federal, desde a concessão, passando pela aplicação até a prestação de contas, observando-se que não houve problemas nas prestações de contas.

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Considerando o disposto no Termo de Classificação de Risco do DPF e na Instrução Normativa 69-DG/DPF, de 14.12.2012, as informações constantes no subitem 5.1 da DN TC 127/2013, referente a lotação, qualificação do quadro de pessoal segundo a idade estão resguardadas por sigilo, assim não podem ser incluídos no presente relatório, ficando, entretanto, à disposição dos órgãos de controle.

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no Sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF, logo não constarão neste relatório as informações solicitadas no subitem 5.1, alínea “e”. Ainda, com relação ao subitem 5.1, na alínea “f” a unidade é orientada pelo órgão central do DPF a solicitar a todo servidor, no ato da posse, que assine termo de responsabilidade afirmando que não exerce qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal Direta, nas Autarquias, nas Fundações mantidas pelo Poder Público, nas Empresas Públicas e nas Sociedades de Economia Mista, e nem percebe proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável com o cargo que tomará posse. O servidor também se compromete a comunicar qualquer alteração em sua vida funcional, quanto ao não atendimento dos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos, além de declarar ciência sobre a criminalidade prevista em lei, com relação a declarações falsas. Na alínea “h” do subitem 5.1 da DN TD 127/2013, os indicadores gerenciais sobre recursos humanos estão a cargo do órgão central do DPF.

Com relação a parte do subitem 5.2, referente a Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos deste Órgão não se verificou nesta Unidade, bem como informações sobre as Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados serão prestadas pelo órgão central.

6.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

6.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

6.1.1.1 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 27 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	03
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	00
1.2. Exercício de Função de Confiança	03
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	00
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	01
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	01
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	00
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	00
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	00
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	32
3.1. De ofício, no interesse da Administração	03
3.2. A pedido, a critério da Administração	02
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	05
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	17
3.6. Por decisão judicial	04
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	05
4.1. Doença em pessoa da família	00
4.2. Capacitação	04
4.3. Licença à gestante	01
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	01
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	00
5.2. Serviço militar	00
5.3. Atividade política	00
5.4. Interesses particulares	01
5.5. Mandato classista	00
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	00
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	42

Fonte: SRH/SR/DPF/MA.

6.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

6.1.2.1 ESTRUTURA DE CARGOS E DE FUNÇÕES

Quadro 28 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	04	03	02	03
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	04	03	02	03
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	04	03	02	03
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.5. Aposentados	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Funções Gratificadas	24	20	04	05
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	24	20	04	05
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	28	23	06	08

Fonte: SRH/SR/DPF/MA

6.1.2.2 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE

Quadro 29 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade (em %)								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0,00	0,00	0,00	0,40	19,40	70,00	1,80	0,00	0,00
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2. Servidores de Carreira	0,00	0,00	0,00	0,30	19,40	70,00	1,80	0,00	0,00
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Provimento de cargo em comissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,50	2,90	0,00	0,00
2.1. Cargos de Natureza Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,40	0,70	0,00	0,00
2.3. Funções gratificadas	-	0,00	0,00	0,00	0,00	5,10	2,20	0,00	0,00
3. Totais (1+2)	0,00	0,00	0,00	0,40	19,40	75,50	4,70	0,00	0,00

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH/SR/DPF/MA. As informações estão dispostas no quadro em forma de percentual para resguardar o sigilo, conforme IN 69/12-DG/DPF, de 14/12/12.

6.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 30 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribui- ções	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciá- rios	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
	2012	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
	2011	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	29.607.211,96	0,00	2.444.592,84	1.028.501,47	3.603.653,98	1.774.996,73	11.037,04	20.280,66	346.946,07	38.837.220,75
	2012	30.131.492,78	0,00	2.567.046,36	980.944,17	3.336.202,29	1.590.301,29	160.947,24	2.019,62	414.801,87	39.183.755,62
	2011	30.018.490,33	0,00	3.323.569,27	1.164.240,06	2.630.851,02	1.607.335,64	14.065,18	0,00	348.040,87	39.106.592,37
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
	2012	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
	2011	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	243.013,92	0,00	36.995,87	12.171,87	3.404,00	3.206,97	44,40	0,00	2,20	298.839,23
	2012	201.944,36	0,00	11.879,08	3.959,69	5.168,00	0,00	0,00	0,00	899,14	223.850,27
	2011	237.581,60	0,00	23.758,16	11.879,07	6.080,08	0,00	25,76	0,00	0,00	279.324,67
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
	2012	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
	2011	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	84.7721,41	66.576,60	63.617,35	28.728,00	64.047,88	7.563,40	6.880,18	0,00	0,00	1.085.134,82
	2012	866.340,24	74.802,24	78.428,54	26.142,84	28.870,76	9.268,00	5.254,63	1.181,83	665,09	1.090.954,17
	2011	737.490,32	61.311,39	78.428,54	31.556,18	126.034,47	3.395,00	12.390,00	00	2579,70	1.053.185,60
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	3.715.836,52	66.985,60	309.619,47	127.982,09	217.941,50	34.743,90	2.365,09	4.820,32	371,76	4.480.666,25
	2012	3.340.135,61	68.799,94	295.805,37	100.297,08	255.365,36	42.781,82	2.338,44	3.145,51	6.459,98	4.115.129,11
	2011	3.431.159,08	67.791,87	335.813,07	129.437,08	228.644,45	56.654,05	9.379,35	00	17.308,73	4.276.187,68

Fonte: SRH/SR/DPF/MA

6.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

6.1.4.1 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA

Quadro 31 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	86	06
1.1 Voluntária	79	06
1.2 Compulsória	00	-
1.3 Invalidez Permanente	07	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	10	00
2.1 Voluntária	08	-
2.2 Compulsória	01	-
2.3 Invalidez Permanente	01	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	96	06

Fonte: SRH/SR/DPF/MA.

Obs1: Quatro servidores que se aposentaram voluntariamente com proventos integrais (em outros exercícios) retornaram à atividade no exercício 2013.

6.1.4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 32 – Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	28	Não Houve
1.1 Integral	27	Não Houve
1.2 Proporcional	01	Não Houve
2. Em Atividade	15	Não Houve
3. Total (1+2)	43	Não Houve

Fonte: SRH/SR/DPF/MA

Obs1: São 33 servidores instituidores e 43 beneficiários de Pensão.

Obs2: Alteração na quantidade de Instituidores e Beneficiários de Pensão se deu por motivo de transferência de UPAG.

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 33 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do DPF no Maranhão													
UG/Gestão: 200388/0001						CNPJ: 00.394.494/0027-75							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	06/2013	09.529.151/0001-06	01/01/2013	31/12/2013	5	5					E
2013	L	O	04/2013	10.820.620/0001-20	01/01/2013	30/06/2014	4	4					A
2009	L	O	14/2009	01.518.478/0001-70	24/04/2009	31/03/2014	10	9					P
2013	V	O	07/2013	11.029.232/0001-99	01/01/2013	31/12/2014			8	8			A
2013	V	O	05/2013	11.393.595/0002-90	01/01/2013	31/12/2014			8	8			A
2011	V	O	15/2011	10.809.411/0001-86	01/11/2011	31/10/2014			8	8			P
2011	V	O	16/2011	10.809.411/0001-86	07/11/2011	31/10/2014			8	8			P

Observações:

*O contrato cuja situação está como Encerrado foi substituído em 2014 por novo contrato.

*A quantidade de funcionários informada na tabela leva em consideração a maior parte dos meses de 2013, visto que ao fim do ano foram realizados cortes orçamentários, de forma que:

1) O contrato 06/2013 foi reduzido em 01 servente a partir de 08/11/2013. 4) O contrato 07/2013 foi reduzido em 02 vigilantes a partir de 01/10/2013
 2) O contrato 04/2013 foi reduzido em 01 servente a partir de 01/10/2013. 5) O contrato 05/2013 foi reduzido em 02 vigilantes a partir de 08/10/2013.
 3) O contrato 14/2009 foi acrescido em 02 serventes a partir de 01/11/2013. 6) O contrato 16/2011 foi reduzido em 02 vigilantes a partir de 01/10/2013.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Gestão de Contratos/SR/DPF/MA

6.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO**Quadro 34 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra**

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional do DPF no Maranhão														
UG/Gestão: 200388/0001							CNPJ: 00.394.494/0027-75							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	1	O	04/2013	10.820.620/0001-20	01/01/2013	31/12/2013	4	4						A
2009	1	O	14/2009	01.518.478/0001-70	15/04/2009	31/12/2013	10	9						P
2013	7	O	01/2013	07.850.440/0001-87	01/01/2013	31/12/2013			3	3				A
2013	7	O	03/2013	00.875.943/0001-68	01/01/2013	31/12/2013			1	1				A
2011	3	O	15/2011	10.809.411/0001-86	01/11/2011	31/10/2013			8	8				P
2011	3	O	16/2011	10.809.411/0001-86	07/11/2011	06/11/2013			8	8				P
2012	14	O	07/2012	09.529.151/0001-06	20/09/2012	19/09/2013			2	2				P
2013	5	O	13/2013	41.587.502/0001-48	21/02/2013	20/02/2014			2	2				A
2013	7	O	02/2013	05.899.350/0001-55	01/01/2013	31/12/2013			1	1				A
2013	6	O	14/2013	13.005.540/0001-00	01/01/2013	31/12/2013	1	1						A
2013	3	O	05/2013	11.393.595/0002-90	01/01/2013	31/12/2013			8	8				A
2013	1	O	06/2013	09.529.151/0001-06	01/01/2013	31/12/2013	5	5						A
2013	3	O	07/2013	11.029.232/0001-99	01/01/2013	31/12/2013			8	8				A
Obs: O contrato 04/2013 sofreu redução de 01 servente a partir de outubro/2013														
O contrato 14/2009 sofreu acréscimo de 02 serventes a partir de novembro/2013;														
O contrato 16/2011 sofreu redução de 02 vigilantes a partir de outubro/2013;														
O contrato 05/2013 sofreu redução de 02 vigilantes a partir de outubro/2013;														
O contrato 06/2013 sofreu redução de 01 servente a partir de novembro/2013,														
O contrato 07/2013 sofreu redução de 02 vigilantes a partir de outubro/2013														
LEGENDA														
Área:														
1.	Conservação e Limpeza;			9.	Telecomunicações;									
2.	Segurança;			10.	Manutenção de bens móveis									
3.	Vigilância;			11.	Manutenção de bens imóveis									
4.	Transportes;			12.	Brigadistas									
5.	Informática;			13.	Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes									
6.	Copeiragem;			14.	Outras									
7.	Recepção;			Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.										
8.	Reprografia;			Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.										
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte: Gestão de Contratos/SR/DPF/MA

6.2.3 ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 6.2.1 E 6.2.2

Como regra geral os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, com dedicação exclusiva, não tiveram problemas na execução, especialmente no que tange à quitação das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias.

As únicas exceções dizem respeito aos seguintes contratos:

a) Contrato nº 01/2013, no qual houve paralisação dos serviços prestados por 01 (um) dia, além de atrasos nos pagamentos de salários dos funcionários. Nesse caso, foi instaurado procedimento de apuração de irregularidade contratual nº 08310.002280/2013-21. As irregularidades foram sanadas após as diligências.

b) Contratos nº 15/2011 e 16/2011, nos quais houve atrasos nos pagamento de salários, vales transporte e vales refeição. Também aqui foi instaurado procedimento de apuração de irregularidade contratual nº 08310.008584/2013-01. As irregularidades foram sanadas após as diligências.

Em virtude de algumas limitações orçamentárias, os contratos 04/2013, 16/2011, 05/2013, 06/2013, 07/2013 foram reduzidos em seus objetos, como forma de adequação ao teto previsto na quota orçamentária destinada a esta UJ.

6.2.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro 35 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	09	10	10	10	57.358,55
1.1 Área Fim	Não há	Não há	Não há	Não há	0,00
1.2 Área Meio	09	10	10	10	57.358,55
2. Nível Médio	Não há	Não há	Não há	Não há	0,00
2.1 Área Fim	Não há	Não há	Não há	Não há	0,00
2.2 Área Meio	Não há	Não há	Não há	Não há	0,00
3. Total (1+2)	09	10	10	10	57.358,55

Fonte: SRH/SR/DPF/MA

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

As informações constantes das alíneas “a” e “d” do Subitem 6.1 da DN TCU 127/2013, não constam neste Relatório de Gestão por estarem resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Risco do DPF e Instrução Normativa 69-DG/DPF, de 14/12/2012, publicada no BS 242. Entretanto, estarão à disposição dos órgãos de controle. Ressalte-se que no exercício, a UJ não utilizou frota de veículos contratada de terceiros.

7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

As normas que regulam a constituição e a forma de utilização da frota de veículos são: o Decreto nº 6.403 de 17 de março de 2008; Instrução Normativa nº 03/2009-DG/DPF, de março de 2009 e a Instrução Normativa Nº 34/2010-DG/DPF. São utilizadas viaturas veladas (não ostensivas) em investigações e as ostensivas utilizadas na condução de presos e trabalhos preventivos.

Em relação ao Subitem 6.2 da DN TCU 127/2013, referente a imóveis funcionais da União, a UJ não utiliza esse tipo de imóvel.

As atividades de fiscalização relativas à polícia preventiva também ocorrem em todo o Estado, sendo que os deslocamentos para tanto ocorrem através de viaturas da SR/DPF/MA, Delegacias de Caxias e Imperatriz/MA. A atividade-meio também utiliza viaturas para a realização de diversos serviços essenciais para a rotina administrativa.

No ano de 2013, foram gastos, com combustível, R\$ 386.080,21 (trezentos e oitenta e seis mil, oitenta reais e vinte e um centavos), nas viaturas da Unidade, incluídas as delegacias de Caxias/MA e Imperatriz/MA.

O custo de manutenção das viaturas em oficina credenciada foi de R\$ 267.725,32 (duzentos e sessenta e sete mil, setecentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos). Gastos com o pagamento de seguro obrigatório e taxas de DETRAN, para licenciamento das viaturas foram de R\$ 17.857,57 (dezesete mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).

A substituição dos veículos da frota ocorre através de ato da Diretoria de Administração e Logística Policial (DLOG/DPF). Portanto, o plano de substituição fica a cargo do órgão central da Polícia Federal.

A Unidade de Transporte (UTRAN/NAD/SELOG/SR/DPF/MA) faz, na SR/DPF/MA, o controle de entrada e saída de viaturas, além de ser responsável pela fiscalização e gerência do estado de conservação dos veículos. Para isso, o setor utiliza o Sistema Eletrônico de Gerenciamento Policial (SIGEPOL), peça fundamental no controle da frota.

7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Quadro 36 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	MARANHÃO	2	2
	São Luis	1	1
	Imperatriz	1	1
Subtotal Brasil		2	2
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: SELOG/SR/DPF/MA. No quadro não consta informações sobre Bens Imóveis no exterior, visto que a Unidade só possui bens localizados no Brasil.

7.2.2 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

Quadro 37 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regi-me	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com reformas	Com Manutenção
200388	080300068.500-9	13	3	47.625,00	30/03/2012	2.541.281,05	Não consta	Não consta
200388	092100629.500-2	13	3	2.637.600,00	26/04/2012	4.782.270,92	Não consta	Não consta
Total							Não consta	Não consta

Fonte: SELOG/SR/DPF/MA

No tocante aos imóveis sob a responsabilidade desta UJ, convém destacar que permanece a mesma situação do exercício 2012, em que a SR/DPF/MA tem sofrido restrições na disponibilização de recursos para sua manutenção e conservação, não tendo conseguido firmar contratos para este fim, nem mesmo para o imóvel da DPF/ITZ/MA. Porém, a situação continuará na pauta de planejamento da unidade para o próximo exercício.

A UJ possui um terreno no bairro Jaracaty, em São Luís/MA, desde 2002, mas até este exercício, apesar de reforçados os pedidos de construção da sede, não foi contemplada com orçamento específico na previsão do órgão central da Polícia Federal.

7.2.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Quadro 38 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	MARANHÃO	2	3
	São Luís	1	2
	Caxias	1	1
Subtotal Brasil		2	3
EXTERIOR	-	0	0
	-	0	0
	-	0	0
	-	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	3

Fonte: SPIUNET e SELOG/SR/DPF/MA

A necessidade de locação de imóvel de terceiro, deve-se ao fato desta unidade não possuir sede própria, apesar dos esforços junto ao órgão central do DPF, para liberação de recurso. Situação que se repete com a DPF/CXA/MA.

Destaque-se que, com a ampliação da sede provisória desta unidade, realizada pelo locador, foi possível acomodar a Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE/DRCOR/SR/DPF/MA, não sendo mais necessário o pagamento de aluguel de imóvel para aquela Delegacia, que ocorria no exercício anterior, bem como houve melhoria na qualidade das instalações da UJ, além do acréscimo de espaço físico para uso da Unidade.

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro 39 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					

<i>Exemplo: No Pregão para manutenção de viaturas, a empresa está obrigada a declarar o destino dado ao óleo, quando trocado das viaturas, para que receba o tratamento adequado, impedimento de que seja jogado em ralos/esgotos da via pública.</i>					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.		X			
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex.: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		X			
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
<i>Houve aquisição de lâmpadas que diminui o consumo de energia.</i>					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex.: papel reciclado).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
<i>Os Editais já preveem essa situação.</i>					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).		X			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.		X			
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
<i>Considerações Gerais:</i> A Unidade procede à inclusão de previsões em seus editais que estabeleçam regras de sustentabilidade ambiental.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: CPL/SR/DPF/MA

8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Quadro 40 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor em R\$		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resma)	1.463	1.513	1.329	15.868,39	16.760,52	11.537,90
Água (m3)	6.099	8.110	8.483	57.338,63	56.078,75	47.570,24
Energia Elétrica (kwatts)	887.176	792.162	705.950	392.070,15	405.529,23	361.522,9
			Total	465.277,17	478.368,50	420.631,0

Fonte: SELOG/SR/DPF/MA

A SR/DPF/MA, em anos anteriores tentou implantar um programa de coleta seletiva de resíduos em parceria com a Associação dos Catadores de Lixo de São Luís, mas os resultados atingidos foram insignificantes devido à quantidade de resíduo coletada. No exercício a SR promoveu doações de alguns materiais recicláveis e recarregáveis para entidades filantrópicas.

A unidade adota o SIGEPOL, há alguns anos, para realizar tramitação de seus procedimentos e comunicações internas, através da emissão eletrônica de expedientes, como memorandos, despachos, requisições, informações policiais/administrativas, além de também usar o correio eletrônico, o que ajudou na redução no consumo de papel de 2012 para 2013.

A cartilha de sustentabilidade continua em vigor. Foi elaborada para divulgar um conjunto de 30 medidas que, divididas entre as áreas de energia, água, telefonia, consumo, combustível e reciclagem, visam diminuir o impacto ambiental do trabalho dos servidores, assim como reduzir os gastos da administração com o funcionamento da máquina pública, evitando desperdícios, além de contribuir com o equilíbrio do meio ambiente. As medidas continuam sendo divulgadas pela unidade, valendo para todos os exercícios vindouros.

9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Considerando os Subitens 9.1 e 9.2 da DN TCU 127/2013, não ocorreram no exercício de 2013, deliberações do TCU e nem recomendações do OCI a serem atendidas pela SR/DPF/MA, respectivamente. O Subitem 9.3 da DN citada, não se aplica ao DPF. Com relação ao Subitem 9.5, não houve dano ao erário, objeto de tomada de contas especiais. O Subitem 9.6, referente à declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV, encontra-se relacionado no anexo deste Relatório, em formato digital.

9.1 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93

9.1.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

Quadro 41 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	00	00	00
	Entregaram a DBR	00	00	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	00	00	00
	Entregaram a DBR	00	00	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	06	08	28
	Entregaram a DBR	06	08	28
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00

Fonte: SRH/SR/DPF/MA (Declarações de Rendimentos/Autorizações de Acesso).

9.1.2 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Os servidores obrigados a entregar as DBR pela Lei nº 8.112/90 forneceram autorização para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, sendo o Setor de Recursos Humanos encarregado de gerenciar o recebimento dos documentos. As autorizações são fornecidas por meio físico e arquivadas em pasta própria de fácil manuseio.

No exercício anterior foi implantado o sistema E-GP, uma ferramenta utilizada no âmbito do Departamento de Polícia Federal para auxiliar na área de gestão de pessoas. No sistema em tela foi criado um campo para controlar a entrega das DBR/Autorizações de acesso, porém, esse campo está sendo alimentado gradualmente.

As informações/autorizações prestadas pelos servidores são preservadas de forma a manutenção de sigilo dos dados fornecidos.

Cabe à Corregedoria Regional analisar procedimentos para avaliação de identificação de eventuais incompatibilidades de patrimônio com as remunerações recebidas, de acordo com a IN nº 01/93-DG/DPF.

10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Os Subitens 10.2 e 10.3, não foram aplicados no exercício, por esta Unidade, mas é preocupação do gestor elaborar mecanismo visando medir a satisfação do cidadão para demonstrar, estatisticamente, pesquisas de opiniões dos usuários, produtos e serviços resultantes da atuação da UJ.

A unidade segue normas estabelecidas pelo órgão central do DPF, dispostas em carta de serviços, com o objetivo de prestar o melhor atendimento aos cidadãos, firmando os seguintes compromissos:

- Os servidores se empenharão em atender com cortesia e educação o cidadão indistintamente;
- O cidadão será acompanhado, orientado e encaminhado em todas as fases do atendimento. A Polícia Federal atende em horários diferenciados, conforme o serviço prestado.
- As estruturas de atendimento da Polícia Federal permitirão realizar com presteza a recepção e a triagem das demandas do cidadão, adaptando-as aos portadores de necessidades especiais;
- Todas as unidades e setores da Polícia Federal são identificados por meio de placas indicativas;
- O atendimento é preferencial para gestantes, lactantes ou pessoa acompanhada de crianças; pessoa idosa (acima de 60 anos), portadores de necessidades especiais; e outros amparados por dispositivos legais específicos;
- Respeitadas as prioridades acima, a ordem de atendimento será: usuário agendado e os demais por ordem de chegada;
- Os processos serão analisados de acordo com a data de entrada no protocolo;
- Em caso de solicitações de informações por telefone, quando o colaborador estiver impossibilitado de dar uma resposta imediata, este buscará a informação e prestará ao interessado.

A Polícia Federal disponibiliza as seguintes formas de comunicação com o cidadão:

- Internet: No Portal da Polícia Federal (www.pf.gov.br) é possível obter informações sobre procedimentos e documentos necessários para requerer serviços, além de endereços e telefones das unidades da Polícia Federal.

O agendamento do atendimento para emissão de passaporte é obrigatório nesta unidade

- Reclamações, críticas ou sugestões também podem ser remetidas para o e-mail cs.srma@dpf.gov.br ou por correspondência.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O Subitem 11.2, da DN TCU 127/2013, referente à declaração do contador responsável pela UJ, encontra-se no anexo deste Relatório, disponibilizada em formato digital.

Os Subitens 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6 não se aplicam ao DPF.

11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

11.1.1 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Quanto à aplicação da NBC T 16.9, a UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do Sistema de GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (E-LOG) e registrando no SIAFI. Quanto à amortização, o DPF está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema E-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

Quanto à aplicação da NBC T 16.10, a UJ iniciou a reavaliação de móveis determinada para o exercício dentro do prazo estabelecido, sendo concluída no início de 2014, tendo em vista que o servidor responsável pelas informações teve que se ausentar para tratamento de saúde. A conclusão dos trabalhos inclui baixa nos valores dos bens nos Sistemas E-LOG e SIAFI.

A vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos no âmbito dos órgãos da Administração Pública direta, já que o DPF não possui estudos detalhados que permita estimar a vida útil de seus bens, considerando as peculiares de uso no âmbito do Órgão, principalmente em relação ao uso intensivo nas operações policiais. Contudo, a fragilidade da estimativa, seja qual for o método utilizado, é suprida pela avaliação periódica dos ativos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 47 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27.

A metodologia de avaliação e mensuração dos ativos e passivos consiste em:

- a) As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- b) O crédito e as dívidas são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- c) Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;
- d) A UJ não possui Ativo de Investimentos;
- e) O imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;
- f) O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção e, tão logo ocorra adaptação do E-LOG, será deduzido da correspondente amortização; e

A UJ não possui Ativo Diferido.

A utilização dos critérios contidas nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da UJ, para fins de apoio ao processo de tomada de decisão; à adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social. Nesse sentido, a aplicação das normas resultou na promoção de um controle mais efetivo na gestão do seu imobilizado, situação que tem evoluído gradativamente.

Outro aspecto é a preocupação que os setores de controle patrimonial passaram a ter quanto à adequação de seus registros de inventário de acordo com procedimentos contábeis, corroborando com os esforços da STN na uniformidade e convergência da contabilidade aplicada ao setor público.

Por fim, as normas reforçaram a necessidade de o DPF proceder com seus registros de forma tempestiva, dentro dos mandamentos emanados do Tesouro Nacional, colaborando para que o balanço da União reflita seus ativos não circulantes o mais fielmente possível.

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

O quadro abaixo mostra especificamente as ações realizadas pela SR/DPF/MA na Operação NUVEM NEGRA, no final do ano de 2013.

Quadro 42 – Resumo da Operação Nuvem Negra

PERÍODO	LOCAL	AÇÃO	SERVIÇOS	PRESOS
06/12	Centro do Guilherme/MA , Governador Nunes Freire/MA e Buriticupu/MA , além do PA e GO.	Objetivo de desarticular esquema criminoso de invasão cibernética em sistemas de controle florestal. É a primeira operação da história de combate a esse tipo de crime ambiental. Os criminosos procuravam burlar o sistema de controle florestal do IBAMA (SISDOF). No Brasil, uma serraria somente pode ter madeira em seu pátio se possuir respectivo “crédito” no SISDOF, comprovando a origem lícita da madeira existente até o seu destino final. Para conferir aparência de legalidade a madeiras extraídas ilegalmente de terras indígenas e unidades de conservação, os criminosos invadiam os computadores de outras empresas e “furtavam” esses “créditos” para empresas fantasmas ou irregulares. Transações reais eram simuladas diante da vulnerabilidade de algumas empresas usuárias do sistema de controle de produtos florestais. A partir disso, as empresas fantasmas ou irregulares confeccionavam documentos florestais falsos, “esquentando” madeira e carvão extraídos ilicitamente, especialmente da Reserva Biológica do Gurupi e de terras indígenas situadas entre os Estados do Maranhão e Pará (TI Awá, Caru, Alto Turiaçu e Alto Rio Guamá).	A PF cumpriu 50 mandados judiciais: 21 de prisão preventiva, 22 de busca e apreensão, além de 7 conduções coercitivas nos estados do Maranhão, Pará e Goiás. A Justiça também autorizou o bloqueio de contas bancárias e a suspensão da atividade econômica de todas as pessoas físicas e jurídicas envolvidas.	21 pessoas

Fonte: INTRANET/SR/DPF/MA.

13 RESULTADOS E CONCLUSÕES

No exercício 2013, a SR/DPF/MA enfrentou dificuldades para realização de sua função constitucional e realização de seus serviços devido às restrições orçamentárias. Este contingenciamento de recursos, aliada ao reduzido efetivo, refletiu substancialmente nos resultados da Superintendência, diminuindo o índice de produtividade de polícia judiciária e aumentando o número de IPL's em andamento. Contribuiu, também, para essa situação, o índice de inquéritos instaurados pela unidade, no final do exercício, visto a grande demanda de notícias-crimes que foram distribuídas às autoridades policiais. A SR, através de planejamento estratégico, pretende retornar à produtividade dos exercícios anteriores.

O número de operações deflagradas em 2013 decresceu devido também à publicação do Decreto nº 8.062, de 29 de julho de 2013, bem como as portarias MPOG nº 267 e 268, de 30 de julho de 2013, que proibiu a realização de novos empenhos ou reforços de empenhos existentes, no que diz respeito a pagamento de diárias e emissão passagens para deslocamento dos policiais. Para adequar-se aos cortes houve a necessidade de redução na execução das operações.

Como polícia administrativa da União, a SR/DPF/MA produziu números maiores em relação a 2012. A emissão de passaporte teve um aumento de 17,40%, ou seja, foram expedidos 2.589 passaportes a mais que o exercício anterior. Na fiscalização de produtos químicos, a SR fiscalizou 13 empresas, gerando um aumento de 5% na arrecadação com multas e pagamentos de taxas. Foram entregues pelo cidadão, através da Campanha de Desarmamento, 220 armas e indeferidos pela Unidade 72 pedidos de aquisições de armas de fogo. A fiscalização de segurança privada aumentou. O número de vistorias em agências bancárias passou para 419, contra 329 em 2012.

Trabalho contínuo vem sendo desenvolvido no sentido de aprimorar os controles sobre utilização de recursos a fim de permitir uma melhor utilização dos mesmos, visando o cumprimento da missão da Polícia Federal, com o menor custo para a sociedade, incluindo utilização da infraestrutura da rede DPFNet (sistemas corporativos internos), otimização do espaço físico disponível, dos recursos de telefonia, entre outros. Assim, continua em uso o sistema tarifador de chamadas, que discrimina todas as ligações emitidas pela UJ, controlando sobremaneira os gastos realizados.

A SR continua aprimorando o uso do SIGEPOL para a tramitação de seus expedientes internos, o que, além de agilizar o andamento dos procedimentos da unidade, reduzindo o tempo de confecção, tramitação e despacho, diminuiu em mais de 50% (cinquenta por cento) os gastos e o consumo de papel na UJ desde 2010, quando o sistema foi implantado.

As restrições e limitações encontradas para o desenvolvimento das atividades consistiram basicamente na escassez de recursos humanos, principalmente para as atividades de apoio administrativo e de gerenciamento financeiro. Foram enfrentadas dificuldades quanto aos limites orçamentários impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Unidade Jurisdicionada. Ações, junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Superintendência, mas independentemente, repita-se, da administração local.

As soluções encontradas pela SR/DPF/MA para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das suas missões, tanto na atividade-fim, quanto na atividade-meio, consistiram na racionalização e na definição de prioridades dentro da gestão. Com a crescente demanda de trabalho de responsabilidade da Polícia Federal, no entanto, ainda há necessidade de aumento do efetivo de policiais e servidores administrativos.


O planejamento para 2014 seguirá métodos para alcance das metas traçadas, com o objetivo de readquirir a alta produtividade da UJ, buscando índice acima de 100% (cem por cento) na relação de inquéritos instaurados e relatados, além de métodos específicos para adoção nas eleições do exercício subsequente e apoio às cidades-sedes da Copa do Mundo.

ANEXOS

Declaração de Atualização de Dados no SIASG E SICONV**DECLARAÇÃO**

Eu, **CÉLIO SANTANA LISBOA**, CPF nº **857.433.563-00**, **Agente Administrativo**, exercido na **Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão (UASG 200388)** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.


São Luís (MA), 25 de março de 2014.


CÉLIO SANTANA LISBOA
CPF nº **857.433.563-00**
Agente Administrativo

Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis



Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO - SR/DPF/MA			200388
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p style="text-align: center;">As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p style="text-align: center;">Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	São Luis - MA		Data
Contador Responsável	WILSON CASTELO BRANCO MAGALHÃES	CRC nº	MA-011525/O-6